



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2025**

--- Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Praça da Criatividade, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- **PONTO UM** - Intervenção do público; -----

--- **PONTO DOIS** - Deveres de informação – Óbidos Criativa, E. M. – Relatório e Contas referente ao 1.º semestre de 2025, para conhecimento; -----

--- **PONTO TRÊS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a Delegação de Competência da Assembleia Municipal no Presidente da Câmara - autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----

--- **PONTO QUATRO** - Apreciação e eventual aprovação da proposta da 2.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento da Despesa e PAM para 2025; -----

--- **PONTO CINCO** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração da composição do Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Governança;-----

--- **PONTO SEIS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de designação de júri para abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau - Subdivisão de Contabilidade; -----

--- **PONTO SETE** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais - Modelo de estrutura orgânica (estrutura hierarquizada) e definição do número máximo de unidades orgânicas;

--- **PONTO OITO** - Eleição e posterior nomeação de quatro Membros da Assembleia Municipal (efetivos e suplentes), para integrar a Assembleia Intermunicipal do Oeste - OESTECIM, conforme estipulado nos pontos n.ºs 1, 2 e 3, do art.º 83º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

--- **PONTO NOVE** - Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia como um dos Delegados do Município no XXVII Congresso Nacional da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses [nos termos do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da ANMP]; -----

--- **PONTO DEZ** - Eleição e posterior nomeação de três Membros da Assembleia Municipal (efetivos e suplentes) para integrar a Comissão de Seleção e Avaliação, nos termos do disposto dos pontos n.º 1 e n.º 2, do Artigo 20.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Universitário e Politécnico, Regulamento n.º 1173/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 211, de 31 de outubro de 2023, para o mandato de 2025/2029;-----

--- **PONTO ONZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de fixação de taxa de IMI a vigorar em 2026;-----

--- **PONTO DOZE** -Apreciação e eventual aprovação da Proposta referente à Participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, em 2026;-----

--- **PONTO TREZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de não lançamento de Derrama a cobrar em 2026;-----

--- **PONTO CATORZE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de fixação do percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para 2026; -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos, Fernando Jorge, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, dizendo que seria a segunda sessão, embora



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

a primeira fosse apenas de funcionamento, sendo esta uma sessão com ordem de trabalhos. Deu indicações à Senhora Deputada Anabela Blanc, que quando fosse mencionada na chamada, iria à mesa e tomaria posse do cargo de Deputada, indicou também os Senhores Presidentes de Junta que tomaram posse na Assembleia de Freguesia após o dia 26 de outubro, mencionando Pedro Vieira, Hélder Mesquita, Ricardo Carreira e José Rolim Horta. Antes de chegarmos aos Senhores Presidentes de Junta, terei que ler a ata que será assinada por eles e tomaram posse.-----

--- A Segunda Secretária, Lénia Capinha Lameiro, fez a chamada.-----

--- **Presenças:** - Fernando Jorge Sousa e Silva, Ricardo José Pedras Ribeiro, Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, Lénia Capinha Lameiro, Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa, Ana Maria Ramos de Sousa, Fábio Miguel Tomé Antunes, Luís Manuel Ferreira Cunha, Elisabete Rocha Castanheira, Anabela Blanc Capinha Corado, neste momento a deputada Anabela Blanc, procedeu à tomada de posse, declarando solenemente por sua honra que cumprirá com lealdade as funções que lhe foram confiadas. Hugo Leitão Henriques, Diogo Caires Câmara, Vítor Paulo Herculano Rodrigues, Luana Madalena Oliveira da Silva de Sousa, Adélia Maria da Silva Claudino Araújo, Ricardo José da Mata Antunes, Natália Maria Saramago Leandro, Rodrigo Miguel Conde Fonseca, José Manuel Lopes Marques, João Paulo Herculano Rodrigues, Ilda Maria Nuno da Cruz Figueiredo, neste momento o senhor Presidente da Assembleia, informou que a deputada Ana Rita Marques dos Santos renunciou o mandato por motivos profissionais, tendo sido substituída pela deputada Ilda Maria Nuno da Cruz Figueiredo, sendo a pessoa logo a seguir na lista. Tratando-se de uma substituição o regulamento é claro e inequívoco, que não haja juramento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, disse que ia ler a ata para os quatro Presidentes de Junta assinarem. -----

--- Adenda à ata tomada de posse:” participaram na sessão de instalação da Assembleia Municipal de Óbidos, realizada no dia 26 de novembro de 2025 em representação das freguesias cujo os órgãos ainda não se encontravam instalados, os cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas para as respetivas assembleias de freguesia. Nos termos do disposto no artigo 42 n.º3 da lei 169/99 de 18 de setembro com as alterações subsequentes e nas partes não revogadas pela lei n.º75/2013 de 12 de setembro. Estes cidadãos assumiram a representação das suas freguesias, exercendo durante esse período todos os direitos e deveres inerentes à função nomeadamente o direito de participação e de voto em todos os atos da Assembleia Municipal incluindo a eleição da respetiva mesa. Tendo-se realizado a devida instalação dos órgãos das freguesias procede-se, agora, à correspondente atualização da composição da Assembleia Municipal de Óbidos com a tomada de posse dos seguintes Presidentes de Junta: -----

Ricardo Silva Santos Carreira, Presidente de Junta da Freguesia de A dos Negros; José Pedro Rolim Horta, Presidente de Junta da Freguesia de Amoreira; Pedro Miguel Jerónimo Vieira, Presidente de Junta de Freguesia de Gaeiras; Hélder José Mineiro Mesquita, Presidente de Junta de Freguesia de Olho Marinho; dizendo que: “Declaro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”-----

--- Verificada a conformidade formal do processo da tomada de posse o Presidente da Assembleia Municipal, considerou encerrado o ato declarando os eleitos antes referidos e investidos das suas funções de membros do órgão deliberativo com efeitos imediatos. A



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

constar foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelos eleitos empossados e por Anabela da Silva Araújo para este ato nomeada secretária. -----

Estiveram igualmente presentes na Sessão da Assembleia os Presidentes de Junta Bruno Ricardo Pereira Duarte, Sandra Nazaré Cipriano Bebiano, Frederico de Deus Lopes. -----

--- **Faltas:** - Luís Miguel Gonçalves de Oliveira -----

--- **Substituições:** - O deputado Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, foi substituído pela deputada Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa. -----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças. -----

--- Registou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Filipe Miguel Correia Alves Daniel e dos Vereadores, Ricardo Miguel Pereira Duque, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, Soraia Alexandra Isidoro Saramago, Samuel de Sousa Timóteo Félix, Joana Trindade Bernardes Costa, Bruno João Rebelo Silva. -----

--- Por haver quórum, o Presidente Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- **PONTO UM - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

--- Intervém o Senhor David Carreira, residente na Sancheira Pequena, reportando um problema grave com a falta de água, dizendo que já enviou vários emails para a Câmara, e ao dia de hoje não foi respondido o email enviado em maio, continuamos todas as semanas com o mesmo problema, dias consecutivos ao qual solicitamos uma resposta com uma solução viável. -----

--- Não havendo mais intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, começou por cumprimentar todos os presentes, respondendo ao munícipe David, em primeira instância pediu desculpa por várias razões, pelo facto da não resposta, não sei para que email é que enviou. Para o geral? O email quando é enviado para o geral é reencaminhado para os serviços competentes. Deixe-me só continuar porque senão aquilo que está a dizer, depois não fica registado em ata, depois, se o Senhor Presidente assim o entender permitir-lhe-á novamente a palavra. É algo que nós já temos vindo a debater aqui relativamente à questão da ausência de resposta, não é a nossa premissa, não são essas indicações que os executivos, anterior e o atual, deram naturalmente aos nossos serviços, mas pelo avolumar muitas das vezes das requisições e das necessidades de resposta, quando passa para os serviços técnicos pode haver aqui alguma dificuldade de responder em tempo útil. Agora, naturalmente, é inadmissível desde maio até agora, só agora terem essa resposta relativamente ao email passado. Isto para dizer que indo para o geral não quer dizer que venha diretamente para o Presidente ou para o responsável máximo do executivo, naturalmente, toma boa nota dessa dificuldade e algum dia que necessitem do contacto direto da minha pessoa podem enviar para presidente@cm-obidos.pt, é um email mais direto, naturalmente, que vem exatamente para mim e que não vai ser distribuído para outro serviço, embora que, devem enviar sempre para o geral, podem é colocar em conhecimento este email que vos estava a dizer. Esta é a primeira desculpa e a mais fácil de alguma forma de vos dar esta nota numa primeira instância, a próxima nota efetivamente para este constrangimento que tem havido frequentemente e que conheço, não o tive da mesma forma que vocês estão a ter nesta fase na Sancheira Grande, mas também na zona do Casal da Toiça pela falta de pressão de água muitas das vezes, no passado havia essa dificuldade porque aquilo que abastece



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

aquela zona do Bairro da Senhora da Luz e até o próprio Casal da Toiça é por gravidade o depósito do Santo Antão e muitas das vezes não havia pressão de água sequer para acionar o equipamento que tinha à data que era um esquentador para os próprios aquecimentos de água. Pior ainda é chegarmos a casa depois de um dia de trabalho e querermos ter a nossa higiene pessoal e nem sequer haver água, nem quente nem fria, é não haver água, portanto, isso é naturalmente lamentável numa altura destas. Mas a justificação que nós vos podemos dar relativamente a esta situação que esperamos que seja resolvida dentro de muito em breve, e tem-se intensificado agora estas situações e eu perguntei aos técnicos qual a razão para o facto de neste período, entre os últimos 15 dias houve aqui se calhar cerca de 5 roturas na mesma conduta e a explicação que me foi dada pelos técnicos que acompanham e que dominam esta área foi que as condições climáticas, o facto de termos condutas em fibrocimento e que humedecidas ainda rouba mais a capacidade de resistência que estas próprias tubagens tem e qualquer aumento de depressão, naturalmente, implica aqui uma rotura e que nós precisamos de abastecer e temos tido aqui o apoio bastante frequente por parte dos camiões cisterna dos Bombeiros para poderem alimentar o depósito da Sancheira para que consigam de alguma forma ter água. O que é que estava aqui em falta? Estava aqui em falta muita das vezes aquilo que é uma limitação e que a maior parte de vós nem conhece, nem precisa de conhecer porque o que vocês querem é ter água, pagar água e servirem-se da própria água, que é o código de contratos públicos. Nós para fazermos aquisição de determinado tipo de material e, nomeadamente, para esta conduta que queremos requalificar toda desde os depósitos das Gaeiras até aos depósitos da Sancheira onde a parte que vos implica vai ser, naturalmente, requalificada, precisamos de um conjunto vasto de material e tudo aquilo que ultrapassar os 5 mil euros tem aqui uma carência ou uma exigência específica do ponto de vista dos contratos públicos e nem sempre são ágeis estes processos e vocês estão a constatá-lo da pior forma. O nosso compromisso é que efetivamente faltava assinar, da ultima vez que percebi faltava a assinatura para validarmos a aquisição dos materiais para depois entrarmos em obra, embora não seja a melhor altura para entrarmos em obra, mas nós não vamos esperar, naturalmente, mais tempo mesmo que seja em período de inverno e com o risco de ocorrer chuva, com a contratação de serviços externos, nomeadamente de máquinas, vamos arrancar o mais rapidamente possível com essa obra que tenho pedido com muita frequência ao chefe de divisão que está com as obras e equipamentos municipais como é que está o ponto de situação porque, naturalmente, eu recebo algumas mensagens por Messenger, por WhatsApp, naturalmente a evidenciar aquilo que tem sido o grande constrangimento e uma vez mais pedir-vos desculpa por isso, que é inaceitável naquilo que é a nossa forma de ver o nosso território ainda estarmos com uma situação destas e de outras, naturalmente, que colocam aqui condições desfavoráveis para aquilo que é a qualidade de vida dos nossos munícipes e nas quais nós não nos revemos de modo algum, e portanto dar-vos essa nota, o nosso compromisso de rapidamente, assim que tivermos o material, podermos entrar em obra, havia até aqui alguma dificuldade do ponto de vista do plano de segurança que também, tanto quando sei, da parte do chefe de divisão essa contratação já está feita também para garantirmos que os nossos colaboradores que vão intervir por administração direta nesta reabilitação da conduta, o consigam também fazer em segurança, porque sabemos que naquela estrada nacional tem ali pessoas a passarem com alguma velocidade. Como é que foi identificada aqui a forma de resolvermos isto, é com recurso, se tiver que ser, naturalmente, ao gratificados com a Guarda Nacional



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

Republicana que tem uma presença de segurança pública onde os automobilistas vão ter que passar com uma velocidade menor, devidamente assinalada para garantirmos também que os nossos colaboradores não correm risco de vida, naturalmente, naquilo que é uma intervenção nesta matéria. Dar-vos nota também ainda que esta situação há uma parte que passa no concelho de Caldas da Rainha, ou seja, há uma determinada zona ali na curva depois do antigo restaurante o Pantera, a conduta passa do lado de Caldas da Rainha, portanto, temos que pedir também essa autorização ao município vizinho, não haverá, naturalmente, problema relativo a essa matéria pelo bom entendimento que existe entre as partes, mas o ponto de situação relativamente à questão da conduta é esta, é isto que vos posso adiantar. -----

--- O Senhor David Carreira, disse, já que estava a falar nessa estrada nacional não sei se vocês tem o conhecimento de lá passar, com o arrastar da situação com os problemas que temos tido com a água, a estrada tem ficado bastante danificada. Têm conhecimento dos buracos que estão a ficar junto à antiga Autopeças, do lençol enorme de água que tem ao pé do Largo Santo Amaro derivado a essa situação, as valetas estão todas danificadas, onde torna perigoso não só para nós, mas para todos que lá passam. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu uma vez mais a intervenção do senhor David Carreira, dizendo que constatamos isso da pior forma, é uma responsabilidade nossa, embora aquela estrada seja da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, esta obra que nós naturalmente queremos fazer pressupõe naturalmente a reposição das valetas e só o facto de ter havido essas ruturas, a força da água naturalmente que tem feito esses buracos, nós percebemos que passa numa zona de betuminoso ou de cimento onde depois apanha areia ou, inclusive, argila e claro que a força da água e aquilo que tem chovido faz esses buracos imensos, mas também nós chegarmos lá colocarmos pedra ou areia o risco que vai acontecer é de nós colocarmos mais areia ou mais pedra no meio da própria via criando aqui alguns constrangimentos. Aquilo que queremos rapidamente é efetivamente fazer a substituição da conduta, até porque há pouco não fiz essa referência, mas havia ou há ainda um erro grande, a mesma conduta que fazia a distribuição da água para o depósito da Sancheira era a mesma que fazia a distribuição da água para o lar e que faz a distribuição para outras casas. Aquilo tem que ter uma para a admissão e outra para a distribuição para a ramificação e é isso que está previsto, naturalmente, nesta nova requalificação. Eu não estive a ver debaixo de terra, mas foi aquilo que os técnicos me informaram e muitas das vezes o facto de rebentar a conduta e, em especial no período do verão, tinha que ver com o chamado golpe de Ariete que é quando abrimos e fechamos torneiras, nomeadamente com o lar que tem um consumo de água bastante considerável pela questão da higienização e outros usos que tem para o próprio lar. Quando foi feita essa autonomia durante o período de verão houve ali uma melhoria, mas que agora chegamos ao inverno e estamos outra vez com esta dificuldade e, portanto, aqui o processo é aceleramos isto o mais rapidamente possível, vindo o material e podermos entrar em obra para que não continuem a passar, naturalmente, essas dificuldades que tem passado. ----

--- Queremos naturalmente também estar aqui com todos os desenvolvimentos, e poder partilhar também com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de A dos Negros para que de uma forma mais expedita possa chegar a todos os fregueses, naturalmente, e em especial aquela parte da população para que consigamos estar aqui articulados e partilhar essa informação, bem sabemos que quem espera desespera e nestas situações lamento



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

uma vez mais as dificuldades que passam, porque só pela questão da higiene pessoal já é um constrangimento bastante grande. -----

--- PONTO DOIS - DEVERES DE INFORMAÇÃO – ÓBIDOS CRIATIVA, E. M. – RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO 1.º SEMESTRE DE 2025, PARA CONHECIMENTO; -----

--- Para conhecimento, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5452, acompanhado da devida documentação.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, começou por cumprimentar todos os presentes e desejar antecipadamente votos de bom fim de semana. Pediu a palavra para fazer duas interpelações à mesa e depois fazer uma declaração relativamente ao ponto que estamos a apreciar. Relativamente às interpelações à mesa colocou duas questões, a primeira questão não conseguiu reter o nome da deputada municipal que renunciou, portanto, o Senhor Presidente da Assembleia referiu Ana.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, respondeu Ana Rita Santos.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, agradeceu e disse a segunda interpelação tem a ver com o local da realização das nossas assembleias municipais, portanto, gostaria de questionar se é para mantermos este local aqui, não tenho nada a opor, naturalmente, aliás, acho que a bancada do nosso lado não tem nada a opor, mas temos algumas sugestões a fazer, nomeadamente quanto às condições de podermos trabalhar, ou seja, precisamos de umas mesas, não é lógico, não é prático estarmos a trabalhar com os documentos no colo e o que dificulta muito os nossos trabalhos e, portanto, é esta interpelação que faço, gostaria de saber da sua parte a resposta que me pode dar. Avanço já se pretender com a intervenção.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, disse que respondia a este assunto para depois entrarmos na parte da ordem de trabalhos. Informou que temos uma pessoa nova na nossa Assembleia Municipal do secretariado, que é constituído pela Anabela Araújo, que, portanto, continua, e agora pela Cristina Almeida, que será a pessoa que estará relacionada com a questão das atas e da feitura das atas.-----

--- Quanto à questão, hoje a nossa Assembleia era para ser feita na Casa da Música, como sempre foi até agora, não foi porque está ocupada, portanto, existe o protocolo que está estabelecido entre a Câmara Municipal e a Sociedade Musical e Recreativa Obidense, mas este fim de semana, sexta, sábado e domingo estão a utilizar o auditório da Casa da Música, por isso, como recurso utilizamos, naturalmente, este local. Já o tínhamos feito na sessão passada de tomada de posse e porque, na verdade, era aquele que era mais próximo do ponto de vista central do nosso concelho. Quanto à questão que colocou é uma questão que preocupa a mesa e, portanto, a nossa preocupação é neste mandato o mais rapidamente possível podermos melhorar essas condições, isso fará que nós tínhamos que naturalmente conversar sobre esse assunto com o executivo, portanto, com o Senhor Presidente da Câmara, para termos um espaço mais amplo onde possa efetivamente conter as respetivas mesas. Isso é na verdade aquilo que está na nossa lista de prioridades para o futuro, se não for possível ainda em dezembro, porque vamos ter uma Assembleia em dezembro, será muito próxima não será muito distante, penso que no próximo ano nós vamos efetivamente pensar em melhorar essas condições, não é só por o lado da bancada do PS, também a bancada do PSD já tem demonstrado esse incómodo, que é na verdade um incómodo com toda a razão de ser e que na verdade nós devemos, efetivamente, eliminar da nossa responsabilidade para isso. Portanto está na nossa lista de prioridades,



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

para 2026 é um objetivo de melhorarmos as nossas condições de trabalho a esse nível, temos é que definir um local que possa, efetivamente, estar mais disponível para que quando nós possamos ter as nossas Assembleias Municipais possamos, naturalmente, colocar as mesas e depois serem retiradas rapidamente para o espaço voltar a ser aquilo que era. Portanto, Senhora Deputada Ana Sousa pode crer que o Presidente da Assembleia está muito metido nesse assunto, está com essa prioridade que eu acho que é existencial, o resto vem por acréscimo.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, agradeceu e disse que folgamos muito em saber que de facto, é uma grande prioridade, porque de facto é importante que tenhamos boas condições de trabalho para podermos fazer aquilo que nos é exigido. E agradecemos de facto esse seu empenho. Quanto ao meu pedido de palavra relativamente ao ponto que está em apreciação, é só para fazer no fundo um pouco, expressar o meu sentido de não apreciação do ponto, na verdade. O que é que eu pretendo dizer com isto, quer dizer que no mandato anterior este assunto já foi analisado no órgão executivo à qual eu pertencia e, portanto, nessa sede eu tive a oportunidade de me pronunciar, existem inclusivamente registos em ata sobre essa matéria, ora não me parece cordial da minha parte que eu venha agora fazer aqui nesta sede enquanto membro da Assembleia Municipal, e, portanto, no fundo diria até que haveria quase aqui um impedimento se assim quisermos e, portanto, daí que da minha parte não vai haver nenhuma intervenção quanto a esta matéria por este assunto que acabei de explicar. E era só dar nota ao Senhor Presidente e à Assembleia Municipal porque não faço nenhuma intervenção sobre o mesmo.-----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que relativamente a este tema da empresa municipal Óbidos Criativa e aquilo que foi o resultado do primeiro semestre a nossa bancada, obviamente, que reconhece aquilo que tem sido a atividade da empresa municipal ao longo dos 20 anos, a importância que tem para o nosso município, para o concelho de Óbidos quer do ponto de vista da promoção turística quer do ponto de vista da captação de investimento para o nosso concelho, seja empresarial, seja comercial, atração de famílias para virem viver e divertirem-se para o nosso concelho, portanto, é reconhecido aquilo que é a atividade da empresa municipal ao longo de todos estes anos. Gostaria também de aproveitar a oportunidade para reforçar aquilo que tem sido crónico também na apresentação destes relatórios de 1º semestre, fui presidente da empresa, fui administrador delegado durante uma série de anos, é claro que grande parte do trabalho da empresa municipal está centrado no 2º semestre e obviamente os resultados da empresa são impactantes no 2º semestre versos o 1º semestre, portanto, permite-nos ter essa confiança, essa tranquilidade. E por último gostaria também de felicitar o novo conselho de administração que foi começado há relativamente pouco tempo e da parte da bancada do PSD desejar os maiores sucessos, ao Pedro Rodrigues na qualidade de administrador delegado e, portanto, a todo o conselho de administração, porque o nosso concelho precisa muito daquilo que é o sucesso e o trabalho desta empresa municipal, fruto do que já foram os resultados atingidos ao longo destes 20 anos, mas em função daquilo que são os objetivos deste executivo municipal para os próximos 4 anos. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, interveio dizendo que referente ao ponto em questão, a Senhora Deputada Ana Sousa, não se referindo ao ponto mas, naturalmente, pelas funções que exerceu no mandato anterior, mas apenas dar aqui uma nota e até no seguimento ou no alinhamento daquilo que o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro acaba de manifestar. Estes são os resultados líquidos da empresa, apresentados para o 1º semestre



Ata n.º 2	Asssembleia Municipal de Óbidos	8
	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

onde sabemos e pela experiência que teve naturalmente e nós com o conhecimento que temos do mandato anterior que, quer pelo mercado medieval, quer inclusive, e em especial agora pelo evento que vai decorrer o Óbidos Vila Natal, é aqui que muita das vezes se reequilibra todo o saldo relativamente a esta matéria. Convém aqui reforçar e nunca esquecer a importância que esta estratégia dos eventos representa para o território não só de Óbidos, mas para a Região Oeste naquilo que é a fixação de pessoas, naquilo que é a atratividade e oferta cultural e de animação para o concelho de Óbidos e aquilo que ela representa, como tivemos a oportunidade no início de novembro de constatar que temos uma unidade hoteleira, assim como todas as outras, com 86% de ocupação e, portanto, é muito importante esta estratégia que esta alavancada nos eventos para termos esta continuidade e este sucesso, diria desta forma, também quer nas dormidas, onde somos líderes da Região Oeste, onde somos o 6º classificado da Região Centro, um município com as dimensões que o nosso tem estar à frente de municípios com a dimensão que tem Torres Vedras, que tem Caldas da Rainha, que tem Alcobaça, que tem outros municípios também na nossa Região Centro, que já tem 100 municípios, estarmos em 6º lugar é, efetivamente, aqui fruto deste trabalho que tem vindo a ser feito e com esta quebra de sazonalidade que tem sido incutida com o conjunto de eventos que não se reflete, e já tive a oportunidade de dizer isto também noutro órgão, não se refletem no preço, na receita e na despesa da bilhética e, portanto, há aqui uma economia que é gerada a partir deste grande trabalho que é feito através da Óbidos Criativa e, naturalmente, também me associar às palavras do Senhor Deputado Ricardo Ribeiro na congratulação no novo executivo do novo conselho de administração da empresa municipal Óbidos Criativa.-----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi dado conhecimento. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO TRÊS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5453, acompanhado da devida documentação.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que a proposta que nos é feita, naturalmente, tem fundamento legal, está dentro do âmbito daquilo que a lei prevê, como conseguimos compreender de facto esta delegação de competências pode agilizar os procedimentos e a gestão corrente, contudo, entendemos que é indispensável garantir mecanismos de controlo e transparência e, portanto, aquilo que eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente é como será assegurada a informação à Assembleia sobre os compromissos assumidos ao abrigo desta competência. Antes de podermos avançar para tecer mais alguns comentários é isso que gostaríamos de saber, e a questão que colocamos se a intenção, por uma questão de transparência e rigor, sempre que usar esta competência, transmitir à Assembleia, fazê-lo periodicamente ou previamente, enfim, o que é que o Senhor Presidente nos pode dizer sobre esta matéria. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, relativamente ao ponto em discussão, obviamente e como já foi discutido pela Senhora Deputada Ana Sousa, estamos obviamente perante uma proposta que surge no enquadramento legal e nós também concordamos e



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

reafirmamos, trata-se uma agilização de processos e, nos tempos que correm e naquilo que é a dinâmica que o Senhor Presidente da Câmara já empregou no mandato anterior e quer continuar a impulsionar neste mandato, portanto, exigem mais rapidez na resposta em função daquilo que são os objetivos e as propostas que temos para este mandato, portanto, na nossa perspetiva, enquanto bancada do Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal não irá abdicar da sua responsabilidade de fiscalização, esta delegação que estamos a discutir e, eventualmente, aprovar, não se trata obviamente de um cheque em branco, mas sim de uma delegação de responsabilidades neste executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, para que lhe permita arrancar rapidamente e em força com a construção daquilo que são as propostas para o desenvolvimento do nosso concelho. Isso é o objetivo. Sabemos, por experiência própria, através daquilo que é outro ponto exigido e que tem sido tónica, quer no mandato anterior e tudo indica que assim irá continuar neste mandato, que se trata do equilíbrio orçamental das contas do município, que, obviamente, é um elemento extremamente importante. Sabemos que também, e esse controle e transparência que é exigida, melhorar a capacidade de resposta, irá continuar a haver, obviamente, a cabimentação da despesa, portanto, em termos daquilo que é o controlo e a transparência que é exigida e, obviamente, permite-nos também dar, com esta delegação de competências, a garantia da continuidade de projetos estruturantes para o nosso concelho e, obviamente, isto vai implicar uma redução significativa da burocracia e muito mais rapidez nas respostas, portanto, os valores que vinham ventilados até esta alteração da lei são do século passado, depois destes valores terem sido aprovados e este novo enquadramento legal, obviamente, foi adaptado à realidade dos nossos dias, aos preços de mercado que todos verificamos não apenas nos organismos públicos, mas nas empresas, nas famílias, portanto, as taxas de inflação que temos vindo a sofrer nas últimas décadas e, designadamente naquilo que tem sido os últimos anos, frutos de guerras, de conflitos internacionais, de crises de matérias primas, portanto, tudo isso são elementos mais que determinantes para que estes valores fossem adaptados, fossem ajustados à realidade dos nossos dias. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara merece-nos toda a confiança para que possamos aprovar esta proposta. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu pelas questões, de facto, de mais valor, geram maior agilidade, maior autonomia relativamente a esta matéria, aliás, como dizia o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro isto ainda eram contas do passado e ainda eram feitas em contos, recordamos bem que este valor dos 99 mil 750 euros representavam bem os 20 mil contos relativamente a esta matéria. Respondendo às preocupações, naturalmente, da Senhora Deputada Ana Sousa, este é um mecanismo, como disseram ambos e bem, legal e naturalmente está disponível para podermos utilizar este mecanismo que não nos resolve tudo, é importante dar esta nota também, que parece que passarmos de 99 mil 750 euros para 500 mil euros vai ajudar muita coisa, mas estamos naturalmente impedidos pelo código de contratos públicos onde aqui ainda não houve um acompanhamento necessário, como disse o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, ainda temos um ajuste direto de 5 mil euros, que ainda não conseguimos aumentar, embora o Município de Óbidos tenha feito vários ofícios para a Associação Nacional dos Municípios Portugueses também para outras entidades, reforçando a importância que é aumentarmos esta dotação para que possa



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

haver uma maior agilidade do serviço público naquilo que é as respostas tão simples, mas também tão complexas, como falarmos no período antes da ordem do dia, para que nós consigamos de alguma forma dar uma resposta célere ao que são as preocupações dos nossos munícipes e isso ainda não acontece e, portanto, nós temos que fazer esse caminho. No entanto, relativamente aquilo que é a preocupação, que eu diria que não é da Senhora Deputada Ana Sousa, é de todos, inclusive minha, há que garantir aqui toda a transparência, garantir aqui todo o rigor, há que garantir aqui tudo aquilo que é o escrutínio obrigatório por parte do órgão Câmara, delegado no presidente de Câmara tem antes de mais aqui o plano que está ativo, e que tem que estar ativo para o plano para a corrupção e, para a transparência, é escrutinado também no próprio portal do Governo na BaseGov, todos aqueles que são naturalmente também os investimentos feitos ou as requisições solicitadas e também como dizia o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, também toda a despesa que é necessária fazer tem que ser previamente cabimentada para podermos dar celeridade e, portanto, aqui não haverá por todas as razões e mais alguma, qualquer ocultação ou ausência de informação relativamente aquilo que são, dentro destes valores, a possibilidade de intervir por parte do presidente da Câmara. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, agradeceu as explicações ao Senhor Presidente da Câmara, mas ou eu não me soube explicar claramente ou o senhor pretendeu não entender. Corremos aqui o risco de poder ter sido uma situação ou outra. Naturalmente que os mecanismos de controlo que o senhor invoca, são os mecanismos normais legais, não é isso que eu lhe estou a falar, aquilo que eu lhe perguntei é se o Senhor Presidente assume, perante o órgão Assembleia Municipal, o compromisso de quando e sempre que usar esta competência que é delegada da Assembleia Municipal se dá essa informação à Assembleia Municipal, foi isto que eu questionei. A sua resposta foi um pouco evasiva, porque aquilo que falou, e como digo, são os mecanismos normais de controlo que todos os órgãos estão sujeitos da administração pública, nomeadamente a Câmara Municipal. Aquilo que eu quero saber de si, é clara e inequivocamente, se tendo esta competência regularmente ou periodicamente comunica a esta Assembleia Municipal, através de um relatório, no relatório de atividades, num documento próprio, informa esta Assembleia Municipal do uso desta competência e em que circunstâncias. A pergunta é clara e a resposta que eu solicito é que seja também clara e inequívoca, porque isso condiciona, naturalmente, o nosso sentido de voto. -----

O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, gostaria também de colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, relacionado com este assunto levantado pela Senhora Deputada Ana Sousa. Se no passado nos ajustes diretos também esta informação era partilhada com a Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, muito claramente e inequivocamente, relativamente à questão colocada pela Deputada Ana Sousa, como deve imaginar o número de processos e de aquisições ou prestações de serviços que nós fazemos é bastante considerável. Sempre e quando quiserem, naturalmente, esse tipo de informação, eu não vou meter agora um serviço da Câmara ou vários serviços da Câmara a fazer um relatório para o órgão. Todos estes serviços, todas estas aquisições são naturalmente escrutinadas pelas plataformas que acabei de transmitir e, portanto, nesse sentido, não sinto a obrigação de



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

colocar os serviços ou os recursos humanos da Câmara, que não são abundantes a esse nível, para podermos partilhar uma informação, porque não há aqui qualquer ausência de informação, toda ela é partilhada, toda ela é transparente, temos aqui um conjunto de locais onde podem constatar toda essa informação e, portanto, não vou diminuir a prestação de serviço público para um relatório ou relatórios relativamente a esta matéria. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, não, não era manifestada esses ajustes diretos.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, disse à Senhora Deputada Ana Sousa que tinha a palavra pela terceira vez, e que o Regimento da Assembleia era claro quanto ao número de intervenções, por isso tem a palavra.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “Então agradecia que não me interrompesse. Diria eu que, duas coisas em questão, o Senhor Presidente penso que quando diz que não pode por um serviço a funcionar eu creio que o senhor tem noção do número de processos que correm sobre esta delegação de competências, nós não estamos aqui a falar de contratar serviços no valor de 500 mil euros, estamos a falar de compromissos plurianuais, são coisas completamente distintas, portanto, eu diria que no ano passado se existiram três ou quatro foram muito, portanto é disto que estamos a falar, só para deixar esta nota. Registamos de facto que não existe, da parte do Senhor Presidente da Câmara, intenção de assumir este compromisso perante a Assembleia Municipal, o que nós consideramos que é de facto preocupante e não havendo essa garantia o escrutínio que nos compete assegurar fica comprometido, pelo que não conseguiremos acompanhar esta proposta favoravelmente.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra disse: “Só para finalizar e muito rapidamente porque está a desvirtuar daquilo que é o nosso princípio da transparência relativamente às matérias que são do domínio da Câmara Municipal. Portanto, sinto-me completamente confortável em relação àquilo que é o escrutínio do órgão Câmara. Elas para além de irem à própria Câmara tem, como lhes disse, várias plataformas que pode constatar estes mecanismos que lhe permitam perceber o que está a ser adquirido, seja prestação de serviços, seja de outra natureza, relativamente a esta matéria. Se não está disponível para poder constatar estas plataformas, naturalmente não me sinto minimamente lesado relativamente à questão da transparência que, aliás, é apanágio deste executivo.-----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com 19 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções de voto. -----***

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade. -----***

--- **PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PAM PARA 2025; -----**

---Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5594, acompanhado da devida documentação.



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que estamos aqui com uma modificação de orçamento, não estamos perante uma alteração permutativa, ou seja, estamos, porque as alterações permutativas naturalmente que é transferência de verbas entre rubricas, aqui não, estamos a ir buscar dinheiro a outro lado, portanto, dito de uma forma simplista, neste caso às despesas de capital para colocarmos em despesas correntes. Isso só por si, diria que é uma situação que nos deve alertar e, portanto, fazer soar algumas campainhas para tentar perceber o que é que se está a passar e a justificação que é apresentada prende-se com a necessidade de reforços para despesas correntes essenciais como pessoal, água, saneamento e resíduos. Portanto, não podemos deixar de manifestar preocupação quanto à necessidade de recorrer às despesas de capital para fazer face às despesas correntes, é certo que existe atualmente uma reserva significativa, mas se esta prática se mantiver, em poucos anos essa margem desaparecerá e não cumprirá o fim a que se destina e reduzirá, naturalmente, a nossa capacidade de investimento. Portanto, é fundamental garantir que esta situação é excecional e não será uma tendência, mas a nossa preocupação acentuou-se quando verificamos a necessidade de reforço de 635 mil euros, em números redondos, para despesa de pessoal. Ora se o quadro de pessoal foi aprovado a quando da elaboração do orçamento, logo, seria expectável que as duas votações iniciais pudessem ser adequadas à necessidade. Então, o que é que aconteceu para isto acontecer? E é esta a questão que nós colocamos em primeira mão porque de facto perceber que houve necessidade de ir buscar verbas de investimento para despesas correntes e, em particular, na questão do pessoal, deixa-nos de facto preocupados. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse:” Que de facto, esta revisão orçamental era algo que era expectável que ocorresse neste período, e era expectável porquê? Porque as regras no cumprimento da execução de um orçamento municipal são de alguma forma apertadas no sentido da falta de flexibilidade relativamente àquilo que são as necessidades, portanto, tem que haver aqui de alguma forma, eu diria, uma ginástica para conseguir cumprir com estas regras que nos são impostas do ponto de vista da execução do orçamento municipal, que não podemos fazer aquilo que nós achamos que, seja nos recursos humanos, seja nos resíduos, seja nos transportes, na mobilidade, na habitação ou em determinado tipo de obras, nós consigamos fazer com base no orçamento que já vinha de trás e que, naturalmente, podemos acrescentar para o futuro. Portanto, houve aqui uma necessidade que era antevista pela nossa chefe de divisão, que está aqui connosco também, a Doutora Alexandra Almeida, e que, em face da necessidade que houve no passado de podermos subtrair alguns valores para situações não previstas durante o anos de 2025 que a esta fase tivéssemos que fazer uma revisão ao orçamento e, portanto, apresentar esta alteração modificativa onde os 345 mil euros representam aqui a questão ligada com os recursos humanos, mas que temos também, naturalmente, aqui com a parte dos resíduos e da aquisição de água que, de alguma forma, tivemos que subtrair no passado para outras, urgências nesta matéria. Mas se entenderem uma justificação, diria, mais técnica relativamente a esta matéria, está connosco a Doutora Alexandra Almeida, se entenderem, por bem, que ela possa dar aqui alguma justificação ela está disponível e por isso aqui está também connosco, e, antes de mais, agradecer também a sua presença. Mas, reflete-se, naturalmente, nesta falta de elasticidade que



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

muita das vezes na construção de um orçamento municipal se tem e há pouco, não sendo neste ponto, como dizia o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, há cada vez mais imprevistos, cada vez mais variáveis que nos colocam aqui a dificuldade acrescida de apresentarmos um orçamento, deliberarmos esse orçamento e só depois, a parte final, como fomos falando no mandato anterior, quase que desvirtua um pouco o orçamento inicial, porque há aqui muitas vicissitudes, naturalmente, que nos colocam à prova relativamente a esta matéria”.

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com dezanove votos a favor e nove abstenções de voto. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO CINCO - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO DA GOVERNANÇA; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5595, acompanhado da devida documentação.-----

--- O Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas, cumprimentou todos os presentes, dizendo que a única observação que, se me oferece nesta situação e que este procedimento já não é o primeiro júri que é constituído para a execução deste procedimento, aliás, se a memória não me atraiça penso que há mais de um ano que este júri estava constituído exatamente para este procedimento deste lugar. Chamo à atenção para este facto e não deixo de poder tecer um comentário, se demorar muito provavelmente daqui a um ano vamos ter que aprovar nova constituição de um novo júri, porque um procedimento concursal que durante um ano se arrasta e que por várias vicissitudes os membros do júri vão ter que ser substituídos, porque alguns membros mudaram de funções e outros até de autarquia. É para esse aspeto que eu chamo a atenção, porque, de facto, um procedimento que já dura há um ano, o júri foi aprovado, parece-nos exagerado. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, disse que existe dificuldade muita vezes na resolução de concursos, alguns desertos, outros não estando desertos, mas com mudanças, como foi o caso da Doutora Cecília que mudou de município e, portanto, aqui para o município de Caldas da Rainha, mas acima de tudo é uma das grandes dificuldades do poder local é, efetivamente, a concretização destes concursos de colocação de recursos humanos para o município. Esta situação com cerca de doze meses não é inédita, infelizmente, é muito difícil com menos de seis meses conseguirmos colocar alguém, o ideal seria, nos máximos dos máximos quatro meses e como devem imaginar, uma pessoa estar quatro meses há espera para ingressar num município é muito difícil, é preciso estar muito disponível, para fazer parte desta estrutura. Mas, acima de tudo, temos conseguido de alguma forma repor e até aumentar os níveis de recursos humanos, embora, a questão das muitas ausências, até por questão de aposentação e é uma preocupação deste município também, é a agilidade que vamos ter também na contratação de recursos humanos e, portanto, estamos a fazer esse trabalho também, há uma, como vamos ver mais à frente também, na reorganização da estrutura orgânica, mas acima de tudo para podermos ter aqui massa crítica para podermos agilizar mais esses processos para conseguirmos ter aqui uma



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

dotação de recursos humanos capaz e com competências específicas para dar resposta a este desígnio que é acima de tudo um desígnio bastante importante, que é o capital humano no município de Óbidos.-----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e sete abstenções. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO SEIS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - SUBDIVISÃO DE CONTABILIDADE; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5597, acompanhado da devida documentação. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que não temos nada a opor relativamente à constituição do júri, apenas queremos dar nota que estranhámos de alguma forma que a chefe de divisão financeira não faça parte deste júri, porque na verdade vai ser uma pessoa que vai estar, no fundo, sobre uma alçada da sua divisão e, portanto, só estranhámos isso e dar nota dessa estranheza. -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e sete abstenções.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO SETE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA (ESTRUTURA HIERARQUIZADA) E DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5599, acompanhado da devida documentação.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que estava expetante que quando o Senhor Presidente da Assembleia acabasse de introduzir o ponto, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pedisse a palavra para apresentá-lo, porque a proposta que vem à Assembleia não vem justificada, não vem fundamentada, portanto, tudo o que aqui vem é genérico e não nos permite, mais uma vez, apreciar o ponto como seria desejável. Nós temos aqui tudo quanto nós sabemos é que o executivo em maioria pretende fazer alteração do regulamento da estrutura orgânica dos serviços, propondo-se criar mais uma divisão, e passar a 17 subdivisões municipais e a introdução então aqui da polícia municipal. Nós em abstrato não temos nada contra, aquilo que nós gostaríamos de perceber desde logo é quanto à questão da polícia municipal, penso que existem alguns requisitos para a criação desta matéria, teria sido desejável que estivesse a informação nesse sentido que é possível fazê-lo e porque motivo é possível fazê-lo. Depois, quais é que seriam estas subdivisões municipais que estão a prever serem criadas e a divisão nova que também vai ser criada. Bem sei que nós estamos no período prévio, ou seja, eu sei



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

que essa estrutura orgânica devidamente organizada virá depois para nosso conhecimento, mas, quer dizer, nós não podemos ou não devemos autorizar algo sem percebermos o que é que está por trás, e, portanto, daí que eu tenha dito e referido logo inicialmente foi, estava na expectativa que o Senhor Presidente da Câmara pudesse ter falado um bocadinho sobre esta matéria porque isto está, digamos assim, seco, e portanto, eu e nós não gostamos aqui de deliberar nada a seco eu gostaria, e fazia uma interpelação ao Senhor Presidente da Câmara, se for autorizada para isso, para que nos pudesse explicar um bocadinho mais sobre esta matéria.-----

---- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que não hipotecando as explicações do Senhor Presidente da Câmara, entendemos esta proposta de pretensões da alteração da estrutura orgânica, como uma forma de garantir uma maior eficiência administrativa e, daquilo que está relacionado com reduções de redundâncias em na função daquilo que é a organização dos serviços municipais. Entendemos também que com esta proposta, em relação aquilo que são as divisões e subdivisões, que se irá conseguir uma melhoria na coordenação interna e na própria responsabilização quer dos serviços, quer dos próprios colaboradores do município. Entendemos também que com esta alteração se permite uma adequação da organização municipal às futuras necessidades do município, face aos últimos resultados eleitorais, e aqui estou-me a referir em função daquilo que é a própria representatividade do executivo no município, face aquilo que é a maior redistribuição dos pelouros por mais vereadores, isso obviamente, com equipas multidisciplinares e com esta previsibilidade que pode vir a acontecer no próximo mandato, mas também temos aqui uma visão de futuro. Não significa que estas divisões e subdivisões sejam completamente preenchidas, contudo, há aqui uma visão de futuro face aquilo que é a visão deste executivo, resultante daquilo que poderão ser os desenvolvimentos deste mandato ou futuros mandatos, portanto, daqui para a frente, para os próximos anos, o que permite aqui adiantarmos trabalho, anteciparmos trabalho em função daquilo que poderão vir a ser as necessidades do município. Portanto, melhora a gestão de recursos humanos e, obviamente, a respetiva racionalização de custos e otimização de custos, quer de custos com recursos humanos como dos próprios serviços. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, disse que esta estrutura orgânica resulta daquilo que tem sido a auscultação quer do passado, quer agora de um passado mais recente, aos vários dirigentes, às várias necessidades que, elencamos para aquilo que são os serviços essenciais, mas também, como dizia o senhor Deputado Ricardo Ribeiro, na perspetiva de futuro e, portanto, feita esta auscultação, reunido todo o executivo, entendemos que a relação entre aquilo que eram, eu diria quase os pedidos por parte dos dirigentes para aquilo que são, naturalmente, as suas ambições de estrutura, as necessidades em termos de mapa de pessoal, mas acima de tudo também o equilíbrio que nós temos que ter e a racionalidade do ponto de vista financeiro, que seria esta estrutura com as 8 divisões e com as 17 subdivisões que melhor respondia do ponto de vista técnico, mas também, do ponto de vista do capital humano às necessidades presentes, mas também, às futuras. Portanto, densificar mais aquilo que é para já, e como disse e bem, aquilo que terá de vir na próxima Assembleia Municipal de dezembro, era um bocadinho prematuro, pesa embora, naturalmente podermos estar aqui a escrutinar qual a razão deste



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

número de pessoas e quais as subdivisões e qual divisão que é implementada aqui, não esquecendo, aquilo que foi também objeto da nossa campanha e estamos aqui também para lhe dar cumprimento. À questão da Policia Municipal, a Policia Municipal muitas das vezes pode ser mal interpretada por parte de algumas pessoas, no sentido de vir mais alguém aplicar coimas, aplicar alguns regulamentos, com base nos regulamentos que existem ou aqueles que possam vir a ser criados, mas, acima de tudo, nós vemos isso numa outra perspetiva, é uma perspetiva de uma ainda maior perceção de segurança que nós queremos transferir, para o nosso território e com isto não quer dizer que haja falta de segurança, nós estamos a antecipar aquilo que possa acontecer para futuro e, portanto queremos aqui garantir na questão da proteção de pessoas, mas também, de bens, porque temos um património valiosíssimo, riquíssimo o nosso território, não me refiro apenas ao castelo, não me refiro apenas ao aqueduto, não me refiro à cidade romana, refiro-me à lagoa também, às nossas aldeias, à questão muitas das vezes que esta a ser uma dificuldade grande naquilo que é a colocação ilegal e irregular de resíduos, detritos de obras colocados ao lado dos contentores como vidros, colchões, monos, “monstros” assim designados, portanto nós temos que ter uma maior presença fiscalizadora no nosso território. Não sendo fácil arranjar mais fiscais para garantir aquilo que temos com um único fiscal, aquilo que era a nossa ideia para o nosso território era termos no mínimo três fiscais, de obras, também fiscalizar a parte turística, nomeadamente questões que tivemos aqui nesta sala também, o Vereador Samuel teve aqui a oportunidade de representar à pouco tempo o município de Óbidos relativamente à questão dos alojamentos locais, mas acima de tudo do próprio cumprimento da taxa municipal turística que tem que ser naturalmente igual para todos. Portanto, esta ideia e este compromisso que nós assumimos com a população de criar a Polícia Municipal visa, acima de tudo, esta garantia de segurança, esta perceção de segurança, mas, acima de tudo, dar aqui um aspeto melhor relativamente a esta matéria. E isto está regulamentado, portanto, a Câmara não pode fazer uma coisa diferente daquilo que é o decreto de lei que permite que os municípios possam ter esta força fiscalizadora, entendamos assim, desta forma. Temos, também, os militares da Guarda Nacional Republicana que garantem a segurança pública no nosso território, mas acima de tudo, é isto que nós queremos transmitir relativamente a esta matéria. Relativamente à estrutura, como disse e muito bem o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, é uma estrutura que nós olhamos para ela a médio/longo prazo acima de tudo. Acabamos de ouvir e de perceber pelas palavras do Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas esta dificuldade na contratação e, portanto, antevemos também, não vai ser agora totalmente diferente, esperamos que seja diferente para um período menor na contratação de recursos humanos, mas para isso temos que ter a estrutura validada, aqui deliberada neste órgão, depois de ter ido, naturalmente, ao órgão Câmara e, portanto, é isto que estamos aqui a fazer é a olhar a um futuro próximo, a um futuro mais distante, mas, acima de tudo, dotarmos o nosso concelho, que tem vindo a crescer demograficamente, felizmente, para nós também que precisamos de ter mais massa crítica, tem objetivos muito claros também para o futuro e tem uma visão estratégica para o território e precisamos de dar continuidade a esse crescimento, é esse crescimento em pessoas, mas também, em infraestruturas, nos Jardins de Infância, nas Creches, nas Escolas, na requalificação das escolas, no saneamento



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

básico que falamos também muitas vezes e frequentemente, nas questões das águas, da qualidade da água também, que é importante para nós, e depois na requalificação ou dar continuidade à requalificação da rede viária. Só assim é que nós integradamente conseguimos dar resposta aquilo que são as nossas ambições enquanto território, que já demos muito, mas ainda temos muito para dar e, portanto, a estrutura mais do que este número das oito mais dezassete é estrategicamente e organicamente como é que elas vão ser divididas e como é que vão ser apresentadas relativamente a esta matéria. É com base na auscultação dos dirigentes e que queremos naturalmente envolvê-los como também, bem falou, num passado recente, relativamente a esta matéria e que nós temos tido sempre essa preocupação também de escutar os próprios dirigentes para que eles se sintam também envolvidos naquilo que é o seu local de trabalho e que haja condições e, aliás, somos o terceiro concelho do Oeste que tem um rácio relativamente à questão dos recursos mais baixo do ponto de vista do recurso financeiro. Isto por um lado é bom, mas por outro lado carrega uma carga substantiva nos dirigentes que temos, nos operacionais que temos e nos assistentes técnicos que temos também e, portanto, também queremos inverter essa dimensão para que consigamos diluir a carga sobre cada um aumentando, aqui a nossa força de trabalho e a nossa prestação de serviço público. -----

--- O Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara pelo esclarecimento e disse o seguinte:” É evidente, sem pretender pleitear e arrastar a discussão deste ponto, é óbvio que não ponho sequer em causa a necessidade e todos os argumentos que foram aduzidos relativamente à necessidade de aumentar uma divisão municipal, e mais nove subdivisões municipais. O que nos faltou nos documentos em apreço que nos foram remetidos, sem pretender densificar o aprofundamento da estrutura orgânica que envolve a indicação deste número e deste aumento, não pretendemos saber exaustivamente tudo o que se passa, minimamente o que nos confortava, digamos, do ponto de vista da apreciação e da avaliação desta intenção perfeitamente legítima da Câmara e dos Chefes de Divisão e das várias divisões, é óbvio que é necessário operacionalizar toda esta estrutura e é desejável que assim seja, não sendo despreciando todo o profundo trabalho que isto vai implicar do ponto de vista dos chefes de divisão nos procedimentos concursais para todas estas situações.É óbvio que a lei 19/2004 que estabelece e que enquadra a situação dos fiscais municipais e que prevê a possibilidade de ir até seis, não temos qualquer perplexidade acerca da necessidade e da conveniência de aumentar o número de fiscais municipais nas suas várias competências e que estão distribuídas. Falta-nos, de facto, e lamentamos que assim seja, o que nos faltou foi minimamente a indicação, ou seja, se não isto parece um bocado o número mágico, porquê passar de sete para oito, e porquê passar oito para dezassete. Era só essa indicação que nos fazia falta para que pudéssemos de uma forma muito sumária apreciar a fundamentação deste número, que não pomos em causa, mas não podemos analisá-lo de forma esclarecida. Era só essa observação que queria fazer”. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que face a esta estrutura e à questão da Polícia Municipal e toda a pertinência e importância que tem designadamente em matéria de fiscalização, gostava também de colocar uma questão ao Presidente da Câmara relacionado com este tema, que tem a ver com otimização de recursos, não apenas no



Assembleia Municipal de Óbidos

18

Ata n.º 2

Sessão Extraordinária de 21.11.2025

Município de Óbidos, mas na CIM Oeste, ou seja, perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se este assunto tem sido discutido, pode ser discutido no âmbito da CIM Oeste numa lógica de otimização de recursos. Sabemos que uma estrutura para o órgão municipal complexo, que obriga, nomeadamente, organizações de horários, de cumprimentos de obrigações, fruto da regulamentação que existe e, obviamente, face à dimensão e aquilo que é a necessidade desta Polícia Municipal, de que forma é que há abertura ou não dos municípios da CIM do Oeste vêm esta necessidade, esta possibilidade ou esta pertinência em matéria daquilo que são objetivos comuns e transversais a todos os municípios que fazem parte desta comunidade. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, disse que o Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas perguntou, porquê passar de sete para oito e chegarmos às dezassete subdivisões. Estranho agora uma posição diferente do Partido Socialista, no passado a ideia era que devíamos ter mais técnicos superiores na Câmara e, portanto, aquilo que nós estamos também a fazer é, dentro desta estrutura orgânica, para estas subdivisões e para esta nova divisão, colocar mais técnicos superiores ao nosso serviço para de alguma forma darmos aqui uma resposta mais eficiente para o nosso município. E porquê, como lhe disse na minha intervenção inicial, escutamos os dirigentes, avaliamos o ponto de vista económico e financeiro, aquilo que era as pretensões e aquilo que era o nosso desígnio para o futuro e foi assim que naturalmente definimos este número, perante as necessidades de nós sentimos para o presente e médio/longo prazo. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, foi inclusive abordado várias vezes por mim, pela questão da necessidade fiscalizadora ao nível dos fiscais, mas também no âmbito da polícia intermunicipal, uma possibilidade de termos aqui uma polícia intermunicipal, porque numa primeira leitura, ainda no mandato 2021/2025, aquilo que nós tínhamos percebido é que era necessário um coordenador para 10 polícias municipais e isso do ponto de vista financeiro era um encargo substantivo para o município de Óbidos, portanto, estaria completamente fora daquilo que eram as nossas pretensões, embora, o património, a segurança das pessoas tenha aqui também um peso muito grande, aliás, pela visita de cerca de 3 milhões de visitantes no nosso território, se nós tivéssemos aqui alguma situação que nos impedisse de atingir esses números, toda a economia, toda o canal Eureka, os Hotéis, os restaurantes, o comércio tradicional teriam aqui um impacto muito considerável. E depois toda a marca que é criada a partir de Óbidos e que hoje vendem fruta de Óbidos, ou vinho de Óbidos, ou mel de Óbidos, ou outro qualquer produto, tem naturalmente aqui um reconhecimento maior. E sentimos que, efetivamente, territórios de menor densidade demográfica, como é o caso de Óbidos, como Cadaval, como Bombarral, que poderiam, efetivamente, ter aqui, porque Torres Vedras tem polícia municipal, Alenquer criou também, são territórios que têm alguma dimensão, que tem densidade demográfica e dentro da zona urbana possíveis para ter esta polícia municipal e, portanto, não precisam da CIM do Oeste para esta matéria. Nós temos aqui um caso vizinho, não preciso de estar a dizer o nome, que tem tido casos frequentes com alguma insegurança e que estão, também eles a equacionar ou há pelo menos reivindicação da população para a instalação da polícia municipal. Nós não queremos chegar a estes níveis de insegurança, queremos acautelar esta medida, agora também percebo que não é o principal objeto da CIM do Oeste e Óbidos



Assembleia Municipal de Óbidos		19
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

não vai ficar à espera de todos os outros. Estamos de alguma forma a sensibilizar a CIM Oeste para isto, mas queremos acelerar e antecipar esta dificuldade que nos possa surgir antes de ser um problema.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que é só um preciosismo, e dizer ao Senhor Presidente da Câmara que a intervenção do membro da Assembleia Pedro Maldonado Freitas não coloca em causa as nossas opiniões quanto à existência de mais ou menos técnicos superiores. Acho que o Senhor Presidente não compreendeu, efetivamente, a questão, porque a questão foi, não foi dizer que era muito ou que era pouco as dezassete, foi o porquê de ser dezassete, não ser dezoito ou ser vinte, portanto, foi nesse sentido e, portanto, é só para precisar que esta questão que foi colocada não é por acharmos muito ou acharmos pouco, não estamos a qualificar, estávamos a dizer que não conseguíamos perceber porque era este número e não outro diferente. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, disse que, pelos vistos não percebia muita coisa nas palavras da Senhora Deputada Ana Sousa, mas ela é que se engana aqui frequentemente nos números, não eram sete, afinal eram dezassete, e mais não estava densificada aqui a informação, se estivesse densificada se calhar havia uma maior baralhação, mas eu registo, naturalmente, que sou eu que estou sempre equivocado e não consigo perceber as suas intervenções ou dos seus colegas.-----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor e oito abstenções.***-----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO OITO - ELEIÇÃO E POSTERIOR NOMEAÇÃO DE QUATRO MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (EFETIVOS E SUPLENTE), PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE - OESTECIM, CONFORME ESTIPULADO N.ºS 1,2 E 3 DO ART.º 83º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

--- Para eleição e posterior nomeação, foi presente o ofício da Assembleia Intermunicipal Oeste, referência 735/2025, de 2025/10/27. -----

--- Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, concerne na proposta para integração na Assembleia Intermunicipal do Oeste, conforme estipulado nos pontos 1, 2 e 3 do artigo 83 da lei 75/2013 12 de setembro, entendemos, face aquilo que foi o escrutínio do dia 12 de outubro, apresentar-vos uma proposta em função daquilo que foi a representatividade do resultado dessas eleições, e então decidimos fazer uma proposta conjunta com o Partido Socialista em que existem quatro nomes efetivos, designadamente, Luís Cunha, Ricardo Ribeiro e Hugo Henriques do PSD, Anabela Blanc do PS, e como suplentes Diogo Câmara, Lénia Lameiro do PSD e Ana Sousa do PS , que farei chegar à mesa.-----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por maioria com dezanove votos a favor e dois em branco.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO NOVE - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES (EFETIVO E SUPLENTE) DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA COMO UM DOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO XXVII CONGRESSO NACIONAL DA ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE**



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

MUNICÍPIOS PORTUGUESE [NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 6.º DOS ESTATUTOS DA ANMP; -----

--- Para eleição de representante, foi presente o ofício Ref. CIRC n.º 53-AS, de 2025/10/15.
--- O senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que o grupo parlamentar do PSD gostaria de apresentar uma proposta para a eleição do Presidente de Junta, na qualidade de delegado do Município de Óbidos para o 27.º Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios e, a nossa proposta vai na proposta do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Olho Marinho, Hélder Mesquita, e suplente o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, Senhor Bruno Duarte, que farei chegar à mesa. -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por maioria com vinte cinco votos a favor e três em branco.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO DEZ - ELEIÇÃO E POSTERIOR NOMEAÇÃO DE TRÊS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (E SUPLENTES) PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO, PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO CONCELHO QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR, NOS TERMOS DO DISPOSTO DO PONTO N.º 2, DO ART.º 8.º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR; -----**

--- Para eleição e posterior nomeação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,GAP,S,10,5586, acompanhado da devida documentação.-----

--- O senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que representa a imagem também daquilo que foi o sufrágio universal do dia 12 de outubro e o resultado e a distribuição desse mesmo resultado nesta Assembleia Municipal, o grupo parlamentar do PSD juntamente com o grupo parlamentar do PS, pela representatividade e pela forma de permitir uma maior abrangência naquilo que é o elemento muito importante para os jovens que estudam no Ensino Superior e pela responsabilidade e importância que tem aqui este tema, vimos por este meio propor 3 membros efetivos, a designar Fernando Jorge e Silva, Elisabete Rocha pelo PSD, Vítor Rodrigues pelo PS, e os suplentes Ilda Cruz e Luís Miguel Oliveira pelo PSD e Ana Sousa pelo PS, que farei chegar à mesa. -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, por voto secreto, tendo sido aprovado por unanimidade com vinte oito votos a favor.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO ONZE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA DE IMI A VIGORAR EM 2026; -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5600, acompanhado da devida documentação.-----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que relativamente à fixação da taxa de IMI portanto aquilo que pretendo dizer, vai numa linha e numa lógica de continuidade, que nos pode de alguma forma tranquilizar relativamente àquilo que é a estabilidade orçamental do próprio município, permite também uma estabilidade fiscal às famílias, às próprias



Assembleia Municipal de Óbidos		21
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

empresas, entendemos que é um ponto extremamente importante nestas assembleias, portanto anualmente este assunto é referido com alguma importância, e com alguma pertinência. De qualquer forma estes valores do ponto 36%, permite também que nosso concelho mantenha uma competitividade na perspetiva daquilo que é o território e a organização do território, a atratividade do próprio município porque, de alguma forma acaba por ser um fator decisivo e, de alguma forma, permite também o apoio a famílias na forma como a proposta tem vindo a ser desenvolvida e foi apresentada à Assembleia Municipal, em que obviamente vai apoiar e estimular as famílias com agregado familiar maior. E por outra forma permite também, com estes valores, termos aqui políticas por parte do executivo municipal, políticas de proteção social, de forma direta e indireta, e também, de alguma forma sensibilizar para as questões relacionadas com os custos da habitação, portanto, da forma que interpretamos e verificamos esta proposta de manter o IMI, portanto estabilidade orçamental do município, e essa transição e aquilo que é a abdicação e o apoio às famílias, portanto era isto que temos a considerar face à proposta apresentada. -----

--- A Senhora Deputada Natália Leandro, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que nesta proposta da fixação da taxa de IMI para vigorar em 2026, verificamos a manutenção da taxa de 0.36% para os prédios urbanos. Portanto verificamos que foi opção política deste executivo manter essa taxa, portanto no ano anterior também era 0.36%, portanto não houve diminuição nenhuma, nem uma centésimazinha e, tendo em conta que em 2024 a receita de IMI foi de 3700 milhões de euros, portanto receita bastante significativa, e estando o Município de Óbidos com contas equilibradas, não valeria a pena mostrar algum sinal aos munícipes de diminuição de impostos. E ainda, por outro lado, onde é que este dinheiro de receita de IMI se está a refletir na melhoria de condições de vida dos Obidenses. Seria de esperar que com a entrada de receita avultadas do IMI, essas fossem aplicadas em investimentos e infraestruturas que melhorem a vida das pessoas. Mas o que vemos é um concelho com problemas de habitação, com problemas de saneamento básico por resolver, transportes públicos deficitários, não se está a ver realmente resultados da aplicação desta receita. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu pelas questões colocadas que dão sempre oportunidade de podermos partilhar a visão que tem feito a diferença, efetivamente neste concelho há cerca de 24 anos e, acima de tudo, conforme dizia a Senhora Deputada Natália, ao baixar uma centésima ou o sinalzinho, não sei se foi bem assim que utilizou a expressão, mas utilizar o sinal, é preciso explicar às pessoas que sinal é que estamos a dar e o que é que isso implica realmente. Porque baixar uma centésima no valor do IMI dum imóvel de uma habitação no nosso concelho, pode fazer pouca diferença para as pessoas, mas fazer uma grande diferença na receita para aplicar na qualidade de vida das pessoas. Temos esses dados muito concretos, aliás essa questão já é colocada há bastante tempo e uma centésima representa mais de 100 mil euros de receita para o Município. E eu não vou dizer quem, mas já fiz esse exercício, porque nós temos esses dados para fazer relativamente a elementos que já constituíram o executivo anterior, e entre os valores de imóvel baixando uma centésima aquilo que representa era uma redução naquele agregado familiar de 5.50€ onde a máxima ia até 7.50€. Vão-me dizer “está bem, mais isso era uma ajuda para a família”, era de facto, era uma ajuda de 5.50€ dava para dois pacotes de



Assembleia Municipal de Óbidos		22
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

massa espiral eventualmente, poderia dar para pouco mais no caso do valor imobiliário mais elevado, mas não era no nosso entendimento fazer efetivamente diferença na vida das pessoas. Aquilo que nós explicamos no mandato passado e aproveito, naturalmente se me permitirem nesta oportunidade para partilhar com todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós queremos pegar nesses 6% que nós temos, aliás acima dos 73 mil e desculpem-me, não tenho presente quais é que são os outros valores, antigamente eram 66500€ que era o valor mínimo e isenção, neste momento são 73 e qualquer coisa, as casas estão isentas deste imposto. Temos uma fatia muito considerável de poucos imóveis, que do ponto de vista do valor patrimonial são muito consideráveis, nomeadamente segundas habitações, hotéis que estão estabelecidos no nosso território, que iriam beneficiar com esta medida muito mais, e permitam-me dizer isto desta forma, e sem a necessidade que muitas das pessoas que vivem no nosso concelho precisam para a sua vida do dia a dia, as associações do nosso concelho poderem ter aqui uma receita extraordinária relativamente a esta matéria e até as empresas. Aquilo que nós queremos fazer é pegar nestas 6 centésimas que estão entre o valor mínimo que é o 0.30 até o valor máximo que é o 0.45 e, portanto, nós estamos neste momento com 0.36, que representa neste momento mais de 700 000€ as seis centésimas. Representando mais de 700 000€ estas 6 centésimas, nós poderíamos estar a perder se baixássemos para dar este sinal às pessoas, neste caso, ao valor imóvel no nosso território, muitos deles não são moradores no nosso território, estaríamos a abdicar de uma receita que nos vai permitir, e é esse o nosso projeto, espero que a curto, médio prazo, que já era uma ambição que vinha do mandato anterior, de pegarmos neste valor e que ao fim de 10 anos nós temos aqui uma receita na casa, na altura eram 6 milhões de euros, neste momento já chegam aos 7 milhões de euros. Nós na nossa antiga lixeira no antigo aterro que está no nosso concelho, que já adquirimos e revertemos os terrenos para o Município de Óbidos, estamos a falar de 45 hectares que já não serão bem 45 hectares porque a albufeira comeu ali de alguma forma parte da área. Utilizarmos uma comunidade de autoconsumo para a colocação de painéis fotovoltaicos para disponibilizar para todos os munícipes do nosso território, para todas as associações do nosso território e para todas as empresas do nosso território, permite-nos aqui uma redução da fatura energética que pode ir dos 35% até aos 45% se nós ampliarmos aquilo que já está a ser feito com as superfícies ou as coberturas dos edifícios públicos do nosso concelho: escolas, complexo logístico, e entre outras, naturalmente não aqueles que estão dentro da vila ou na zona especial de proteção da muralha que aí também estamos a tentar olhar a outra medida, podemos chegar aqui a 45% de redução da nossa fatura energética. Vejam a diferença que é entre 5 € ou 7,50 € ou, com base nos cálculos que nós tínhamos há data, chegar a uma redução por ano e por agregado familiar, dentro do valor médio, entre 780€ a 930€ por ano, aí ia efetivamente fazer a diferença. O que é que nos está a limitar de avançarmos com esta situação. Para já, temos um estudo geotécnico e geofísico para perceber a capacidade de carga que a zona de aterro que foi colocada na antiga lixeira permite aguentar o peso destas estruturas. Ninguém vai fazer um investimento, e aqui estimamos na casa dos 15 MW, 1 milhão de euros por MW, 15 milhões de euros, onde nós teríamos metade do valor com base nesta receita arrecadada e outro vamos naturalmente aos fundos possíveis para financiar esta



Assembleia Municipal de Óbidos		23
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

medida, e nomeadamente o fundo ambiental terá eventualmente possibilidade para isto. Aqui é fazer a diferença na vida das pessoas. Portanto aquilo que nós sugerimos é manter, e esta discussão já vem do passado, dar este sinal ou dizer isto na comunicação social são 15 dias de notícia. A pessoa depois não vai ver grande diferença na sua conta de IMI, infelizmente, aliás, dar-vos essa nota pessoal, não de Presidente da Câmara, eu não concordo naturalmente com imposto, estar a pagar um imposto sobre uma coisa que já foi por mim adquirida e por vocês, é um imposto que eu não concordo, agora que temos este mecanismo de receita para a própria autarquia que nós esperamos vê-la convertida numa melhoria de vida, tendo aqui no concelho onde o setor primário, nomeadamente a agricultura e com as câmaras de refrigeração que muitas vezes ultrapassam os dois milhares de euros de fatura mensal da energia elétrica, era efetivamente uma redução muito significativa e as empresas teriam aqui uma margem superior relativamente a esta matéria, e as pessoas aqui uma redução também no seu custo de vida bastante substantivo. Também olhando às associações que tem aqui um peso importante do ponto de vista social, mas acima de tudo também daquilo que é a sua gestão diária ocorrente. E, portanto, é esta a nossa visão estrutural para o concelho, permitindo-nos fazer esta comunidade de autoconsumo para que, o mais brevemente possível possamos também refletir isto na fatura energética das pessoas. Portanto é preciso ter este estudo geotécnico e geofísico, é preciso desenvolver o projeto, é preciso ter alguém que faça a gestão da comunidade de autoconsumo e, felizmente temos uma subestação no nosso concelho que é a subestação da Sancheira que nos permite fazer esta ligação também com alguns metros, porque se tivéssemos do que uma subestação criava-nos aqui alguma dificuldade. Quando apresentamos em 2023 este projeto na direção geral de energia e geologia na DGEG, ao estar a apresentar esta ideia e é um projeto regenerativo, ou seja, nós estamos a colocar num local onde tem uma carga negativa grande, um aterro, uma lixeira, uma antiga lixeira, estamos a colocar aqui algo ao serviço da população e, nós queremos também, até na questão da própria manutenção do coberto vegetal, ter ali a utilização de animais que nos possam de alguma forma garantir esta subsistência e criando aqui este sistema de sustentabilidade relativamente a esta matéria. Há aqui algo que eu quero partilhar convosco, não sou de todo fã desta transição verde onde se desfloresta para colocar painéis fotovoltaicos, onde tenho visto vários exemplos, onde naturalmente as autarquias, muitas delas, estão inibidas de dar algum parecer desfavorável relativamente a esta matéria se estivemos a falar a 1 MW, porque basta uma comunicação prévia e a câmara terá que autorizar, agora digo-vos já que, onde isso acontecer e em situações de maior dimensão, quero-me debater relativamente a esta matéria porque, agora estamos a desflorestar para colocar painéis fotovoltaicos para a questão da energia elétrica, um dia, vamos andar com, e já vi alguns cartoons um pouco exagerados, mas que pode acontecer, é andarmos com uma botijinha com uma planta dentro para produzir oxigênio para nós respirarmos. Portanto é preciso também olhar para o futuro com responsabilidade relativamente a esta matéria e termos a ideia de que não poderá valer tudo. E aliás, dei vários exemplos quer na comunidade intermunicipal, de que nós poderíamos utilizar os separadores das autoestradas e temos muitas dezenas ou muitas centenas de quilómetros onde tem quase uma faixa de quase quatro metros entre os sentidos sul – norte e norte – sul, que podia ser



Assembleia Municipal de Óbidos		24
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

usado para produção de energia e disponibilizado naturalmente para esta medida, onde até em locais, e dou este exemplo, que aqui já tem um impacto mais difícil, utilizar telhados ou coberturas que por si só, e dou-vos aqui o exemplo do estádio que nós gostaríamos de fazer isto, já que tem uma cobertura vai ter que ter algum impacto, que nós pudéssemos também colocar painéis fotovoltaicos sobre esta cobertura, ou utilizando os painéis para fazer esta cobertura sombriamente, ou até de proteção da própria chuva, relativamente a esta medida. E é nisto que eu acredito, e nós precisamos é de plantar mais árvores, criar mais condições para a sustentabilidade, não só nossa, mas das próximas gerações e é nisso que nós temos que preparar o hoje para daqui a trinta, quarenta, cinquenta anos poderem ter essas condições. Mas a nossa ideia da manutenção do valor do IMI é exatamente nesta perspetiva de podermos reduzir substancialmente a fatura energética no nosso território. E havia aqui uma dificuldade na altura da apresentação deste projeto, onde o diploma tinha sido feito pela chefe de serviços, ou diretora de serviços à data, onde havia uma limitação que em baixa tensão podíamos beneficiar um raio de 2km's, em média tensão beneficiaremos 4km's, e o meu dilema seria, como é que eu vou colocar isto na antiga lixeira. Vou beneficiar a freguesia de A do Negros, Gaeiras e algumas zonas de Usseira e o que é que eu vou fazer para compensar a freguesia do Olho Marinho ou da Amoreira, que pode ficar fora desta situação. E, portanto, a própria legisladora que era a diretora de serviço me disse que, no ponto 3 do Art.º 86 havia uma exceção que permitia fazer uma extensão até aos 10 Km's. E portanto, com esta medida nós estamos salvaguardados, não preciso de fazer uma medida compensatória para os outros territórios, ou fazer alguma comunidade de autoconsumo para compensar aqueles que poderiam não estar abrangidos nesta medida e, assim, consegue-se de alguma forma abranger o concelho de Óbidos todo e, ver como é que nós podemos operacionalizar isto e dar-vos nota, que foi a tomada de posse do presidente Hermínio de Alcobaça enquanto presidente da Comunidade Intermunicipal do Oeste, eu fiquei responsável por uma agência que me parece que é importante também que é a Oeste Sustentável, vou liderar esta agência que é uma agência também importante para o presente e para o futuro, relativamente a estas matérias das energias renováveis e, portanto, vou assumir com toda a responsabilidade esta agência para podermos, beneficiar a região e naturalmente onde Óbidos terá aqui também um papel importante.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc, cumprimentou todos os presentes, dizendo que a sua intervenção é mais no sentido de uma achega e de uma partilha convosco, que é relativamente à injustiça da situação do IMI. Eu instigo até a câmara, ou até proponho, que a câmara fizesse um estudo sobre o dinheiro que a câmara deixa de receber a título de IMI devido aos empreendimentos turísticos. E porquê, porque, não é o caso da Bêltico, nem é o caso da Praia d'El Rei, mas o WestCliffs, o Bom Sucesso, o Royal Óbidos são empreendimentos turísticos e, hoje em dia já não pode haver empreendimentos turísticos de pluri propriedade, portanto ou são todos de habitação ou todos turísticos. E as casas nestes empreendimentos turísticos têm a denominação de unidades de alojamento, não têm a denominação de casa, e como são unidades de alojamento, são afetos a serviços e pagam muito menos IMI que nós todos aqui. E, portanto, é uma situação que é altamente injusta, nós que aqui estamos pagarmos todos, eu pago mais IMI que um cliente meu que



Assembleia Municipal de Óbidos	
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025

25

tem uma casa de 1 milhão de euros perto da praia num empreendimento de cinco estrelas. Portanto isto é altamente injusto para nós enquanto munícipes e também, não me parece, ou quase de certeza na maioria dos casos, quem investe um 1 milhão de euros numa casa a pronto pagamento não está muito preocupado com o IMI, se for com o IMT já é diferente, não é. Mas a nível de IMI não está preocupado com isso e, portanto, é um número bastante significativo de receita que deixa de entrar nos cofres do município e que, de facto, faz todo o sentido ser suportado por quem pode pagar.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu à Senhora Deputada Anabela Blanc também pela participação, relativamente a esta matéria e disse “ Nós, tudo faremos para que haja uma maior justiça naquilo que são os contributos, sejam eles de residentes ou não, relativamente a esta matéria e, portanto, tudo aquilo que vamos fazer, e eu há pouco não dei nota, mas ao fazer a sua intervenção relembrei-me aqui de um assunto que já vem do mandato anterior, e que nós queremos retomar com um prestador de serviço que está a fazer um novo levantamento, relativamente a uma fórmula de podermos ir reaver valores de IMI que não foram cobrados no passado. Portanto estamos aqui a falar de valores muito substanciais, estamos a falar muito aproximadamente de 1 milhão de euros, e, portanto, é uma receita que, naturalmente nos é devida do passado, e que nós queremos recuperá-la relativamente a esta matéria, assim como, também, depois ou posteriormente, olharmos algumas situações de IVA que também têm que ser revistas nessa matéria. Portanto nós queremos, e percebendo, que esta pessoa é uma pessoa que já esteve ligada há autoridade tributária, tem muita experiência nesta matéria, sabe efetivamente como fazer, para reavermos estes procedimentos e estamos a fazer esse caminho. Por outro lado, estas pessoas, naturalmente e essa questão da eventual injustiça, a Senhora Deputada dizia que estas casas têm vista para a praia, a Senhora Deputada tem uma casa com vista para a Albufeira do Arnoia, portanto, não é displicente relativamente a essa matéria. Nós temos que primar por esta justiça relativamente às pessoas que investem, ou habitam no nosso território. Temos que ser justos para aqueles que já cá estão há muitos anos, mas também respeitar, aqueles que queiram investir ou que queiram vir para o nosso território. E se houver essa condição de nós podermos reaver aquilo que é nosso por direito, naturalmente faremos todas as diligências nesse sentido”-----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que a sua intervenção vai na sequência da intervenção da Sra. Deputada Anabela Blanc, é um tema que não é novo, este tema remonta ainda a um último mandato, salvo erro do presidente Telmo Faria, foi uma questão que foi levantada na altura pelo executivo, foi um tema que foi bastante discutido, na altura com o governo, era governo do estado da república, o partido socialista e, lembro-me perfeitamente falarmos várias vezes com o secretário de estado do turismo na altura, o Dr. Bernardo Trindade, a identificar precisamente este problema. E passados mais de dez anos esta questão mantém-se e, efetivamente trata-se de uma questão de equidade, esperemos que neste novo mandato o Sr. Presidente da Câmara, o executivo e também com o apoio da bancada do PSD e do PS que abordou esta questão em boa hora, que este tema realmente seja trazido há coação, e que efetivamente se consiga a equidade no que concerne ao pagamento de impostos, seja o IMI, seja outro qualquer imposto.-----



Assembleia Municipal de Óbidos

26

Ata n.º 2

Sessão Extraordinária de 21.11.2025

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que queria desejar ao Senhor Presidente da Câmara os maiores votos de sucesso na agência que lhe foi atribuída, digamos assim, que consiga, de facto, obter o maior sucesso para a zona oeste nesta matéria das energias renováveis e sustentáveis, é de facto uma matéria de toda a relevância e, portanto, queria desejar naturalmente, votos de felicidade nessa atribuição que lhe foi dada. Porém, voltando aqui há questão que estamos aqui em apreço, que tem a ver com a fixação, neste caso a taxa de IMI, na verdade nós vamos estar agora aqui a apreciar o pacote fiscal municipal, não é. E, portanto, não é nada de novo nós termos posições antagónicas quanto a esta matéria, são conhecidas. Não podemos deixar de reconhecer que, por um lado, o executivo em maioria está legitimado, até pelo resultado que existiu nas últimas eleições, enfim, de pôr em prática aquilo que entende relativamente a esta matéria, e creio que os eleitores também não irão ficar aborrecidos com o executivo, porque sufragaram o seu programa eleitoral, e, portanto, nada dizia que existia baixa de impostos municipais. De todo o modo, ainda que todos se mandam para dentro de um poço nós não vamos atrás se assim entendermos que não é bom, entendemos que de facto a questão do IMI, havia necessidade de fazer aqui uma descida, ainda que fosse pouco significativa porque isso de facto não representa um rombo nas receitas do município. Estaríamos completamente de acordo em manter esta taxa, até porque a manutenção, enfim é bom, e, portanto, não é uma coisa negativa, não estamos a aumentar, estaríamos disponíveis para, de facto, desta vez até sufragarmos positivamente esta proposta, se de facto, os resultados ao nível do investimento que tem sido feito neste concelho não fossem tão baixos. Portanto, eu recorro que em 2024 não atingimos 4 milhões de investimento. Portanto, dizer que do IMI, não se baixa o IMI porque daqui vamos buscar receitas para se traduzir em melhores condições de vida, de facto isso não corresponde exatamente à verdade porque, há um conjunto de lacunas que não estão supridas, que se mantêm e a taxa de investimento da câmara foi nos 4 milhões de euros, como referi. Portanto, não chegou a 15% da prestação de contas do ano de 2024. Dar ainda nota por fim que, Óbidos é o concelho que tem menor índice de rendimento do Oeste, e, portanto, se isto não fosse razão suficiente, ou se isto não for razão suficiente para de facto baixar, ou haver aqui uma intenção de baixar o IMI, que se reflete efetivamente, e em grande parte no apoio às famílias, eu não sei o que é que justificará e em que cenário é que isso será possível. Portanto, naturalmente temos posições contrárias, respeitamos a vossa, também creio que respeitam a nossa porque ela é fundamentada. --- O Senhor Presidente da Câmara, deu nota da divergência relativamente a esta matéria. A Senhora Deputada Ana Sousa referiu que é o índice de menor rendimento do oeste, mas podia dizer também que ele vem assim do passado e que está a subir substancialmente relativamente ao passado, e, portanto, o caminho está a ser feito, e esta eventual redução de IMI que sugere, nós temos que ter presente, ainda há pouco deliberamos aqui sobre a estrutura orgânica, nós queremos prestar melhor serviço, precisamos de recursos humanos, e esses recursos humanos, quando entrei em 2001 na câmara, o valor de recursos humanos era na ordem dos 5.6 milhões de euros, passou rapidamente para 6.7 no ano seguinte, 7.3 no ano subsequente e, a ideia daquilo que é a estrutura necessária para um futuro próximo andar muito próximo dos 9 milhões de euros. Isto, pela importância que tem, para a prestação de serviço público para os nossos municípios, que cada vez, e



Assembleia Municipal de Óbidos		27
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

bem, são mais exigentes, pretendem respostas mais ágeis, mais rápidas, melhores equipamentos na área da saúde, da educação, e é isso que nós temos trabalhado, e é isso que está pronto a sair. Recordo-vos aqui só um caso tão caricato como um parecer que recebemos ontem, da autoridade nacional de emergência e proteção civil, que estivemos quatro meses há espera desta autorização, com vários pedidos de celeridade relativamente às creches de A dos Negros e da Usseira. Já recebemos da Usseira e aguardamos que seja recebido da A dos Negros. Quatro meses numa entidade onde precisamos de pedir inúmeros pareceres relativamente a estas matérias, e, portanto, é preciso explicar às pessoas que os municípios não têm melhores condições ainda, não por responsabilidade da câmara. A câmara tem feito tudo o que está ao seu alcance, naturalmente depende das entidades do governo, ou dos governos, para que consiga dar cumprimento àquilo que são as suas medidas. Estamos a falar muitas das vezes coisas tão simples como um banco de areia num jardim de infância precisa de uma autorização da delegada de saúde, e a morosidade muitas das vezes, e não estou aqui a dizer que é o caso da nossa delegada de saúde, mas toda a gente tem que opinar em Óbidos. E dou-vos aqui um exemplo muito concreto no qual eu vou debater, e eu sei já tive esta conversa com o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, que no passado fez parte também do órgão de câmara, que é relativamente a uma matéria que é o FEF. O Fundo de Equilíbrio Financeiro, Óbidos vai receber em 2026 1 milhão setecentos e sessenta mil euros, e temos um concelho vizinho que não precisamos de estar a dizer o nome dele, com a mesma área geográfica praticamente, com a mesma demografia e vai receber 5 milhões e meio. Isto em 4 anos, são eles a receberem 22 milhões de euros, e nós a recebermos aqui, na casa dos 6/7. Porque eles têm condicionantes e agora posso dizer, vocês chegam lá rapidamente, têm a serra do Montejunto, e a lagoa, e o castelo, e o aqueduto, e a cidade Romana. Tudo o que for preciso fazer no concelho de Óbidos, o que é que se tem pedido de pareceres. Não são condicionantes suficientes, não queremos que baixem do concelho vizinho, agora sejam justos connosco. Porque vocês faturam muito. Então estamos a premiar quem trabalha menos em detrimento daqueles que apresentam resultados. Não é justo e vou-me debater por isso porque estou a sentir que estão a subtrair valores importantes para nós podermos investir relativamente a esta matéria. Mas dou-vos mais casos concretos relativamente às receitas que têm sido aplicadas e, no nosso entendimento, bem aplicadas e bem utilizadas relativamente a esta matéria. Não temos médicos de saúde, temos correspondido com o plano de saúde relativamente a esta ausência de médicos de saúde no nosso território, continuamente a debatermos também relativamente a isto, em matéria, ainda antes de ontem, em sede da Comunidade Intermunicipal do Oeste. O edifício multisserviços, mais do que para darmos condições que são fundamentais para os profissionais dos vários serviços públicos que se encontram dentro da vila, para dar também aqui um sinal de quebra de barreiras arquitetónicas, para que as nossas pessoas, os nossos municípios possam utilizar estes serviços, mas acima de tudo para garantir que estes serviços não saem do nosso concelho.-----

--- Outro ponto que é importante, e que já foi debatido também no passado recente, apesar de muitas delas, ou a grande totalidade delas, serem entidades bancárias privadas, é um serviço quase público que prestam aos nossos municípios, e temos aqui uma entidade



Assembleia Municipal de Óbidos		28
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

bancária que até é pública que a par de Óbidos, tem o Cadaval também com uma situação semelhante, onde reduziram substancialmente os recursos humanos nos balcões, numa zona onde a demografia está envelhecida, onde o setor primário tem aqui uma presença muito forte e tem três pessoas, quando às vezes estão de férias estão duas pessoas ali, quem é tem segurança para deixar o dinheiro ali. Hoje com tanta comunicação do ponto de vista que é os ciberataques, ou a questão da cyber segurança. As pessoas não têm confiança se não for uma pessoa a atendê-las ao balcão, é preciso voltar atrás porque, mais que os lucros que estas entidades bancárias apresentam anualmente, é um serviço que elas prestam também às populações e também, enquanto autarcas, temos o dever de lutar por este serviço. E, portanto, dar esta nota que embora o índice do rendimento não estar como nós gostaríamos, o caminho está a ser feito, estamos a devolver naturalmente estas condições, mas todo este planeamento que tem vindo a ser feito, e que vai continuar a ser feito do ponto de vista das infraestruturas para o nosso concelho, é algo que vamos constatar dentro em breve naturalmente com estes investimentos. E para isso precisamos de ter capital para os podermos implementar, é claro que nós temos muitos projetos alicerçados em fundos comunitários, nomeadamente o Portugal 2030, e aqui já perdemos, nomeadamente por esta morosidade cerca de 180 mil euros entre as duas creches. Já não era um grande apoio e, mesmo assim, ficamos privadas delas porque o próprio estado se limita a ele próprio no âmbito da aprovação para os fundos comunitários do PRR. Tínhamos aprovação no âmbito do PRR que, entretanto, fomos inibidos de ficar com este valor. Mas nós não vamos deixar de fazer as creches na mesma, porque quando pensamos nelas é porque elas são fundamentais para o nosso território. São precisas agora, mas também são precisas para o futuro para fixarmos mais pessoas no nosso território e, acima de tudo, termos aqui uma resposta.-----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e sete contra. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO DOZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO CONCELHO, EM 2026; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5603, acompanhado da devida documentação.-----
A Senhora Deputada Natália Leandro, disse sobre a apreciação e eventual aprovação da proposta referente à participação do município no IRS de sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho em 2026 que “Nós analisámos a proposta deste executivo, que é participação do município em 1% do IRS dos contribuintes com domicílio fiscal no concelho, devolvendo assim 4% de IRS aos munícipes. A nossa posição é a seguinte, em vez de devolver os 4% de IRS, entendemos que deveria de devolver a totalidade da participação, ou seja, os 5%. Isto porquê, porque é uma questão de justiça fiscal, uma vez que as empresas não são tributadas pelo município. Esta medida seria atrativa para o aumento de residentes no concelho de Óbidos, sobretudo jovens e pessoas com idade ativa que olham para estes incentivos fiscais, e que fazem contas à vida, pelo que, estes sinais podem ser



Assembleia Municipal de Óbidos		29
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

fator decisivo para alteração da morada fiscal. E estas pessoas em idade ativa são, também, essenciais para o desenvolvimento socioeconómico desta região. Consultei as contas do ano 2024 e verifiquei que a receita relativa à participação do IRS ascendeu a 135 117€, pelo que, se a câmara abdicasse dos 1%, a perda desta receita não iria colocar em causa o equilíbrio das contas. E seria um sinal positivo que nós daríamos às famílias, ou então, a perda desta receita também poderia ser compensada pela aplicação da derrama a empresas, não sediadas no concelho, isto seria apenas um exemplo de contrapartida se devolvessem então aos munícipes estes 1%. Portanto esta é a nossa posição.-----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que o grupo municipal do PSD vê com bons olhos, obviamente, esta devolução dos 4% aos munícipes, enquanto ferramenta fiscal promove, mais uma vez, a equidade permite também aliviar esta carga fiscal e reforça simultaneamente as políticas públicas do município, que muitas delas tem-se vindo a substituir ao estado central. Como foi referido há pouco pelo Sr. Presidente da Câmara, em matéria de saúde, não se fala noutra coisa no nosso país há quinze dias ou mais, aliás há muito tempo, mas com mais incidência nas últimas semanas, as questões relacionadas com a saúde e aquilo que foi uma medida tomada no mandato anterior, que foi a possibilidade de todas as pessoas que não têm médico de família, poderem ter acesso à saúde de forma rápida e de forma acessível a todos sem exceção. Isso obviamente, é através dessas compensações e desta forma de gestão dos dinheiros públicos, que entendemos correta, e esta devolução dos 1% é materializada nesta, e noutras formas de apoio às famílias. Por outro lado, também, esta devolução dos 4% permite também, como foi dito, e é reforçado a atratividade de novas famílias ao concelho, captação de trabalhadores qualificados face àquilo que é o ranking e a estrutura demográfica do nosso concelho, e social, e esta caracterização do nosso concelho não se materializou, ou não chegamos a este ponto nos últimos 4, 8, 20 anos, são coisas que vêm de décadas, para não dizer de séculos. Desde a própria característica daquilo que é o nosso concelho, um concelho que foi, e é um concelho rural e agrícola, e que no último século tem vindo aqui a ter uma dinâmica um bocadinho diferente. Portanto, não se muda socialmente o concelho de um dia para o outro por decreto, e obviamente que esse trabalho tem vindo a ser feito. Se olharmos para alguns rankings e não apenas para um, se lembrarmos há 20 anos atrás, 30 anos atrás, o concelho de Óbidos, face àquilo que eram os concelhos vizinhos com características idênticas à nossa, nós estávamos permanentemente nos últimos lugares em todos os rankings, em todos os indicadores. E obviamente, foi a pensar em todas essas questões que, nos últimos anos, temos vindo a melhorar e a melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes, melhorar a qualidade de vida das famílias, das empresas, lembre-me há 20 anos atrás, há 30 anos atrás, não tínhamos ensino secundário no concelho de Óbidos, isto de alguma forma tem que ver com a caracterização social e do rendimento das famílias, com a possibilidade de terem melhor qualidade de vida com melhores empregos, mais bem remunerados, e tudo isso obviamente tem a ver com aquilo que, neste caso o município, pelo seu papel, pela sua preponderância nestes apoios às famílias que, obviamente permite ter essa estabilidade financeira, permite ter condições e permite, através daquilo que foi sufragado de implementar essas medidas de apoio social, que é disso que estamos a falar. Portanto, há aqui um alinhamento direto com as prioridades



Assembleia Municipal de Óbidos		30
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

municipais no que diz respeito à responsabilidade social, financiamento de projetos de âmbito social, pode também a partir daqui, deste aproveitamento, deste rendimento de 1% de IRS que consideramos que, efetivamente, é importante. Apenas um parêntese para voltar um bocadinho atrás, para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela presidência da Oeste Sustentável, ontem aqui também referido no quarto congresso de alojamento local, daquilo que são as novas tendências em função das nomenclaturas e naquilo que deve ser a visão para o futuro em termos de sustentabilidade, em que, o termo tem vindo a ser substituído por regeneração e muitos outros termos, como reduzir, eliminar, e o Senhor Presidente está muito sensibilizado para isso, para a duplicação de embalagens, para aquilo que é o aproveitamento dos telhados como foi aqui referido, e lembrar a alguns de vós que, nos países mais desenvolvidos os próprios caminhos de ferro, portanto o espaço entre o quadril é muitas vezes aproveitado para a colocação de painéis fotovoltaicos para a produção de energia. Portanto Senhor Presidente, muito boa sorte nessa nova missão que é a bem do planeta, a bem do Oeste e a bem de todas as famílias do nosso concelho.

--- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e disse : “ Muito obrigado Sr. Presidente, tentando ser aqui breve relativamente a este assunto, aliás, este é mais um dos pontos que divergimos relativamente àquilo que é, ou que divergem de nós, nós é que fazemos a proposta naturalmente em relação a esta matéria, nós não devolvemos a totalidade, devolvemos estes quatro pontos percentuais que representam uma devolução aos munícipes do concelho de Óbidos de 609 768€. Estamos a falar de um valor bastante significativo, dos 762 210€ possíveis. Portanto, destes 152 442€ que nós retemos para nós, são fundamentais efetivamente para aquilo que foi aqui replicado também pelo Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, nomeadamente nos cuidados de saúde que temos de nos substituir àquilo que é a responsabilidade do governo central, uma responsabilidade que não deveria ser nossa, mas que temos que a bem da nossa comunidade, a bem da nossa população dar aquilo que nos é possível relativamente a esta matéria. Portanto, aquilo que nós fazemos é pegar no pouco que ficamos para tentar gerir com o maior rigor, com maior responsabilidade, devolvendo melhores condições de vida para a população. Eu, seguramente a Senhora Deputada Natália conhecerá alguém que faz estas contas na hora de escolher o seu local de residência, relativamente à questão do IRS que é devolvido, mas também dar-lhe este nota que relativamente aos concelhos vizinhos ou até à região, poucos são, se é que alguns lhe chegam à devolução dos 4% relativamente a esta matéria de devolução do IRS, este sim, que é algo que fica nos nossos munícipes. Portanto dar-lhe aqui esta nota, até complementar àquilo que era a sua intenção ou a sua perceção relativamente a um fator decisivo para a fixação de pessoas, o concelho de Óbidos entre 2021 e 2024 foi mesmo o concelho que, relativamente, ou seja, percentualmente mais cresceu demograficamente, portanto, nos colocou também do ponto de vista de comunicação, como o bom exemplo de política públicas aplicadas. Estranho naturalmente a sua apreciação diferente para uma taxa que, ao fim ao cabo, vai ser abordada de seguida, relativamente à questão da derrama. Pelo IRS tem uma visão, para derrama tem uma visão antagónica relativamente a esta matéria, quer dizer, com aplicação da derrama ao estarmos a repelir empresas para o nosso território, e dou-vos aqui um exemplo, que passei por ele durante dois anos enquanto praticante de futebol no concelho da Nazaré, a Nazaré tinha



Assembleia Municipal de Óbidos		31
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

três pontos de receita. Tinha a câmara municipal que era, e é, o maior empregador do concelho, tinha o setor primário e das pescas e tinha o aluguer de casas, da sua própria casa para garantir a subsistência do inverno, onde iam dormir para a praia. Neste momento os equipamentos privados que foram implementados neste concelho permitem ter mais emprego e naturalmente, haver aqui uma oferta mais diferenciadora. Portanto nós não aplicarmos, porque não temos essa condição de ter um excesso de empresas no nosso território, vai-nos permitir atrair empresas, atraindo empresas temos postos de trabalho e isso sim, as pessoas vêm à procura de postos de trabalho acima de tudo, como foi aqui referido pelo Deputado Ricardo Ribeiro, que sejam acima de tudo empregos bem remunerados. É esse tipo de empresas que nós vamos há procura, que sensibilizamos que venham para o nosso território. Temos o exemplo, ainda estivemos reunidos, tive oportunidade de estar com o Vereador Samuel Félix, com a chefe de divisão de obras particulares relativamente ao maior centro de biotecnologia que está previsto que se fixe no parque tecnológico de Óbidos. Estamos a falar de postos, mais de 100 postos de trabalho altamente qualificados. É este tipo de empresas, e estamos a assediar naturalmente uma que volte novamente ao nosso concelho, onde 500 a 600 postos de trabalho podem fazer toda a diferença. E aqui estamos a fazer uma inversão também do ponto de vista demográfico, estamos a colocar jovens ou pessoas numa idade ainda muito ativa no nosso território a poderem ganhar mais, e melhor dinheiro. E é assim que nós resolvemos muitas vezes problemas da habitação, não é a construir, e já se percebeu isso, à pouco falou-se aqui da questão da habitação, não é a construir muitas casas que se vai resolver o problema da habitação. Não sou um especialista na matéria, mas basta ouvir muitos especialistas nestas áreas para perceber que cresceram, cresceram, cresceram habitações e o preço está caríssimo. Dou-vos aqui o exemplo de Oeiras, o trabalho que vem sendo feito desde os anos 80, no fomento massivo de habitação e ainda o preço do m2 está na ordem dos 3 000 o m2 em Oeiras. Portanto, não fosse a disponibilidade do terreno por parte da autarquia, não havia condições de os jovens se fixarem num concelho como era o concelho de Oeiras. Portanto, este é naturalmente o sentimento que nós temos que ter, e, acima de tudo, como disse também, e pegando aqui um bocadinho na gíria do desporto que me perguntavam muitas vezes de onde é que eu era, eu era de um concelho que era ao lado de Caldas da Rainha, neste momento o nosso concelho, temos um sentimento de orgulho de sermos de Óbidos porque já é reconhecido, acima de tudo tem aqui bons indicadores, há pouco referi a questão do aumento demográfico, do maior aumento demográfico do concelho, do país relativamente a esta matéria, tivemos agora também mais uma vez o reconhecimento enquanto terceiro concelho país com maior autonomia financeira, e o primeiro dos concelhos pequenos e, portanto, estamos aqui numa senda de bons resultados. E esses resultados é preciso fazer uma gestão rigorosa, criteriosa desta matéria. Nós temos que garantir a sustentabilidade e os fundos de coesão territorial vão terminar e nós temos que infraestruturar o nosso território com bons equipamentos para podermos dar resposta enquanto houver esses fundos comunitários porque, quando eles terminarem não vamos ter outra receita se não estas receitas fiscais.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc, disse que de facto a nossa posição, como já se viu, em relação ao ponto onze, em relação ao ponto doze e ao ponto treze, é coerente com



Assembleia Municipal de Óbidos		32
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

exposições que nós nos anos anteriores temos vindo sempre a tomar. E houve uma vez, já não me recordo se foi como Senhor Presidente Filipe Daniel ou se foi com Humberto Marques, e com o na altura deputado José Capinha, “ai, mas isto é uma questão ideológica”. É de facto uma questão ideológica, e ainda bem que é uma questão ideológica a nossa posição porque, de facto, as políticas não são todas as mesmas nem é tudo a mesma coisa. A ideologia dos partidos tem repercussões na nossa vida e este é um exemplo. Passo a explicar, nós não compreendemos, e agora aqui o Sr. Presidente Assembleia vai-me permitir, mas é impossível falar nisto que eu estou a dizer, porque respeitei estes três pontos sem entrar aqui na questão da derrama, nós não percebemos como é que a câmara, o executivo camarário tem alguns constrangimentos em relação ao IRS e em relação ao IMI que tem a ver com as famílias, com os munícipes, mas não tem em relação à derrama. Porque eu duvido que o Pingo Doce, o Continente, nenhuma dessas empresas deixa de se fixar aqui no concelho, ou deixa de fazer mais investimento no concelho por causa da derrama que para eles é um valor insignificante, e essas empresas com os seus camiões, com os seus transportes, estragam as nossas estradas, contribuem para que as vias públicas fiquem deterioradas e portanto é como a taxa turística, eles deviam ser chamados a pagar também, desta forma, e ajudar a compartilhar aquilo que eles usam e o normal desgaste daquilo que eles usam. De facto, nisto é uma posição ideológica e é também para explicar a razão pela qual nós temos o mesmo sentido de voto nestes três pontos, e porque é que vai de encontro, não é de encontro, é que vai contra a posição assumida pelo PSD, de facto isto é uma questão ideológica. Nós entendemos que as pessoas devem vir em primeiro lugar, os munícipes devem vir em primeiro lugar, porque somos nós que aqui moramos, somos nós que aqui habitamos e não podemos concordar com o facto de empresas que faturam milhões de euros, não serem chamadas a contribuir para o benefício do nosso concelho.-----

--- A Senhora Deputada Natália, bem em complemento com aquilo que disse a Senhora Deputada Anabela Blanc, portanto fazia parte também daquilo que eu iria dizer, só queria perguntar ao Sr. Presidente se, e desde já reconhecer os bons resultados do município de Óbidos, e que foram divulgados recentemente no anuário do municípios, no anuário financeiro, mas de facto se mostrasse essa melhor vontade de devolver o 1% de IRS às pessoas, se calhar ainda mais pessoas viriam, ainda mais jovens viriam para este concelho porque, de facto, eu sinto que os jovens hoje em dia olham muito para essa parte fiscal e tomam muitas decisões, nomeadamente locais onde vão trabalhar e onde decidem morar com base num planeamento fiscal. Talvez seja a faixa etária da nossa sociedade que mais faz planeamento fiscal são os nossos jovens e, portanto, no meu entender faria sentido dar esse sinal positivo, ou seja, eu não disse que fez errado, tem feito bem e os resultados estão à vista, mas poderia fazer melhor.-----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro interveio só para fazer um comentário no que diz respeito intervenção da Senhora Deputada Anabela Blanc, isso realmente pode ser uma matéria ideológica. Agora a intervenção que ouvi não me parece que tenha sido aquilo que tem sido a tônica de um Partido Socialista mais recente, progressista. Parece mais um Partidos Socialista, eu estava a ouvi-la, peço desculpa por aquilo que vou dizer, mas parecia que estava a ouvir um deputado do Partido Comunista, parece que estamos a



Assembleia Municipal de Óbidos		33
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

falar, as empresas que referiu, parece que estamos a falar de uma praga que só trouxe foi problemas com os transportes que dão cabo das estradas, aquele tipo de pessoas que vieram aqui para nos prejudicar, parece que todos nós não fazemos compras nos hipermercados. Sinceramente pode ser uma questão ideológica, mas os exemplos que trouxe e, a forma como trouxe, não me parece que tenham nada que ver com aquilo que estamos aqui a discutir. São estas empresas que, muitas das vezes, permitem a criação de emprego e melhor qualidade de vida às famílias, versus, e vê-se pelo resultado da taxa de desemprego que tem vindo a decrescer felizmente, não apenas em Óbidos, mas no país em geral e, tem a ver com as empresas que arriscam, que investem, criam riqueza e que permitem realmente que o país possa crescer. Faz lembrar outras defesas também de alguns municípios do Partido Comunista que são contra o desenvolvimento e vemos os territórios definhar, a decair, sem esperança, faz-me lembrar Óbidos quando eu era miúdo, sem perspetiva de futuro, a escolaridade que havia em Óbidos era o segundo ano do ciclo, muitos amigos meus e colegas deste período deixaram de estudar porque tinha que se ir estudar para as Caldas, mais despesas para as famílias, os riscos de ir para uma cidade com Caldas da Rainha, há época claro, portanto, e felizmente Óbidos não é nada daquilo que foi e felizmente temos vindo a evoluir, e a progredir, e a desenvolver, e é isso que se espera também com este tipo de medidas, atratividade de mais empresas como o exemplo que foi dado nesta nova empresa no parque tecnológico e que venham outras para o parque tecnológico, para a nossa zona industrial e não só, para todas as freguesias do nosso concelho porque obviamente, é sinal que vale a pena investir em Óbidos, vale a pena viver em Óbidos, vale a pena vir a Óbidos divertir e passear, e descansar, porque Óbidos realmente é um ponto de atratividade significativo, fruto daquilo que tem sido as medidas políticas dos últimos anos, 25 anos.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Blanc, disse que de facto, percebe-se que o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro não tenha estado aqui nos últimos mandatos e, portanto, se tivesse estado tinha acompanhado as posições do Partido Socialista em relação a todos estes pontos. Recordar também, e já que falou no Pingo Doce, quem é que foi o grande prejudicado com o Pingo Doce? Devido à gestão camarária que foi feita desse processo, toda a gente sabe quanto é que a câmara teve de pagar de indemnizações, que fomos nós que pagamos, portanto aí, se formos falar sobre esses assuntos, além desse há por aí exemplos para dar e, portanto, o Pingo Doce não é o melhor exemplo a esse nível. Tanto quanto eu sei, e para finalizar, a Social Democracia aproxima-se muito do Socialismo num determinado ponto e, o que me parece, já agora, ter ouvido foi uma intervenção da Iniciativa Liberal e não do Partido Social Democrata.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara, disse: "Senhoras Deputadas e Senhor Deputado, agradecer uma vez mais a questão, eu diria que é mais do que uma diferença de ideologia é uma questão de perspetiva, como é o caso do Pingo Doce, Continente e o Intermarché, mas relativamente a esta matéria é muito confortável para quem trabalha no concelho vizinho não se ter que deslocar, se trabalhasse no concelho de residência não tinham ir trabalhar para a indústria de faianças onde não havia perspetiva de emprego no nosso concelho e queremos criar mais e estes equipamentos são fundamentais para a fixação de pessoas no nosso território, porque é uma questão de proximidade muitas delas podem ir a



Assembleia Municipal de Óbidos		34
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

pé para a sua habitação e são estes equipamentos que permitem fixar estas condições e as populações no território, acredito mais na qualidade e na quantidade de equipamentos que mesmo privados acabam por ter um serviço público do que propriamente, eu não tenho essa perceção a Senhora deputada Natália seguramente terá uma visão diferente até pela sua profissão relativamente a esta matéria da atratividade através das taxas fiscais e nomeadamente pelos jovens, não estou a dizer que não seja assim, eu não tenho essa perceção porque com os jovens que falo nunca me abordam nesses sentidos, mas acredito que possa haver essa situação, poderíamos fazer melhor, claro que sim mas também precisávamos de ter essas condições para o fazer, condições de maior agilidade, menos burocracia era preciso haver tudo isso.” -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e sete contra.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO TREZE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR EM 2026; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5601, acompanhado da devida documentação.-----

--- A Senhora Deputada Natália Leandro Interveio dizendo: “Dando continuidade ao assunto da derrama, consideramos o não lançamento da derrama municipal uma injustiça na política municipal de cobranças de impostos onde se exige aos munícipes o pagamento de IMI, onde se exige um por cento de IRS, e não se cobra nada às empresas. A Lei 73/2013 do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, prevê uma derrama até um e meio por cento e que incide sobre o lucro tributável sujeito a IRC das empresas, esta taxa se fosse cobrada colocaria as empresas a participar na melhoria do território, onde desenvolvem a sua atividade e onde obtém o seu lucro pelo que permitiria às condições socioeconómicas da população em geral. Poderíamos até estabelecer isenções para as empresas que são sediadas no concelho que é a maior parte e outras isenções, essa taxa seria paga apenas por empresas que optassem por não transferir a sua sede ou direção efetiva para o concelho, sendo por isso uma medida de incentivo a tal localização. Por outro lado esta derrama é praticada pela maioria dos municípios portugueses, em 2025, 216 municípios ou seja setenta por cento cobraram a derrama, apenas 92 municípios onde se inclui Óbidos não cobraram a derrama e neste conjunto a maior parte deles situa-se no interior do país, portanto Óbidos é uma exceção e ainda no distrito de Leiria que tem 16 municípios, apenas 6 não cobram a derrama, sessenta e dois e meio por cento optaram por cobrar derrama, os municípios que não cobram derrama no distrito de Leiria são, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Óbidos, nós não estamos a inventar aqui nada, isto é possível executar e há vários municípios a seguir esta política, basta consultar o ofício circular 20 273 de 2025 0122 da AT, para nos apercebermos que municípios tais como, Mação, Ourém, Pinhel, Vila de Rei, Fundão, Covilhã, optaram por esta via de cobrar a derrama dando isenção às empresas que estão sediadas nos concelhos. Portanto eu ainda iria perguntar se empresas como o que estivemos a falar no ponto anterior, Continente, Pingo Doce, Recheio por aí fora, se



Assembleia Municipal de Óbidos

35

Ata n.º 2

Sessão Extraordinária de 21.11.2025

cobrássemos derrama acha que efetivamente essas empresas iam embora deixavam de laborar no nosso concelho. Tendo em conta estes fundamentos apresentados pela bancada do PS, entendemos que o lançamento desta taxa a pagar apenas por empresas que optam por não transferir a sua sede para o concelho, era uma oportunidade de trazer justiça e equilíbrio à política fiscal do município.”-----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, disse que este tema foi abordado na discussão do ponto anterior, efetivamente há aqui uma visão diferente em relação aquilo que é a forma como nós olhamos para o território e a caracterização como falei à pouco e como foi referido pela senhora deputada Natália em que obviamente percebemos quais são as características empresariais do concelho de Óbidos, e não é muito diferente daquilo que é o quadro empresarial do nosso país essencialmente Óbidos e Portugal, mais noventa por cento das empresas são PME, estamos aqui focados em três grupos através de quatro hipermercados, iríamos penalizar muitas das famílias que têm pequenas e médias empresas, e é disso que estamos a falar nós não estamos a olhar para as maiores empresas, estamos a olhar para a maior parte dos eventuais pagadores de derrama e foi esta a visão, é uma questão ideológica e não só. A senhora deputada Anabela Blanc, eu não estive cá nos últimos mandatos, aliás não sou deputado há vinte anos, mas não emigrei, nem hibernei, continuo a acompanhar o nosso concelho, tenho a minha sede fiscal e a minha residência aqui em Óbidos, e à imagem do Partido Socialista que se arroga coerente, no grupo municipal do Partido Social Democrata também e mantemos a coerência como têm vindo a ser verificado há uns anos a esta parte em que obviamente aprovamos esta proposta do município, não apenas por uma questão de coerência, mas por uma questão de justiça fiscal e equidade. -----

--- O Senhor Deputado Vítor Rodrigues, cumprimentou todos os presentes, dizendo que já muito foi falado na questão da derrama, tinha uma série de apontamentos, mas a minha camarada falou da maior parte dos assuntos, mas de qualquer forma tenho debatido sobre esta questão, e já ouvi falar aqui em estabilidade orçamental, em promover a equidade, mas de facto a equidade em relação aquilo que é as taxas para as pessoas e para as empresas, não existe aqui equidade nenhuma no meu ponto de vista posso estar redondamente enganado, mas quando se falou aqui na equidade sobre o IRS e IMI para as famílias, chegamos às empresas e aí a coisa é diferente já não é preciso equidade, já se pode fugir à estabilidade orçamental, porque aí nós não conseguimos mexer e não vamos cobrar nada a ninguém e obviamente nós sabemos e todos nós já vimos os mesmos documentos, os nossos concelhos, os concelhos de Portugal onde abundam as pequenas e médias empresas, cobram a derrama e têm várias formas de o cobrar e há um deles muito característico, quando consultei o documento até os números de contribuinte das empresas lá estão destacados a quem eles não cobram a derrama achei extremamente curioso. E nós aqui não o podemos fazer, porque se calhar é as políticas de à vinte anos para cá e não tivemos coragem nem de baixar o IMI nem de aplicar a derrama, portanto deve ser o fruto das políticas que têm vindo acontecer aqui, e o Senhor Deputado Ricardo falava sobre a questão das escolas, eu não sei se está a par de tudo aquilo que acontece mesmo 20 anos depois nas nossas escolas em Óbidos, como é que as coisas estão a acontecer, se não existe crianças ainda a ter necessidade de ir para as Caldas da Rainha



Assembleia Municipal de Óbidos		36
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

fazer outras coisas que em Óbidos não conseguem fazer. O Senhor Presidente falou sobre o IRS que tinha o valor que a Câmara arrecada como é natural, têm ideia de quanto é que a Câmara está a perder ao não aplicar a derrama, obviamente são as condições, se calhar essas condições nunca foram abordadas de 1.5 para baixo tudo é possível, a isenções de 150 mil tudo isso está contemplado no documento da AT, mas não sei se têm alguma ideia de valores que estamos a entregar às empresas neste momento por não cobrarmos a derrama.-----

--- O Senhor Deputado Luís Cunha, disse que sobre este tema da derrama faz-me impressão porque parece haver aqui uma engenharia de perseguição ao Continente e ao Pingo Doce, a verdade é que a derrama é um imposto sobre as empresas e nós só falamos como se fosse um imposto a aplicar ao Pingo Doce e ao Continente, claro que pode-se fazer essa engenharia de isentar umas e aplicar apenas a algumas, mas é um sinal que sempre se dá aos investidores e atratividade que o nosso território pode ter para as empresas, porque qualquer empresa que olhe para um local onde se vai instalar, sabendo o que o espera ali eles fazem uma segmentação há umas que pagam e outras que não pagam, se formos pequenos não pagamos mas se nos tornarmos grandes passamos a pagar, aliás este tema, nós nos ciclos eleitorais todos os partidos, nenhum deles não deixa de galantear sempre as pequenas e microempresas, mas depois quando nós ouvimos estas intervenções apetece perguntar, se calhar é melhor alguns partidos dizerem assim nós apoiamos as pequenas e médias empresas, mas se tornarem grandes estão tramadas connosco, é um sinal que se dá para o mercado e em termos de atratividade para a região, que se dá com este tipo de postura. Esta ideia de dar-se às empresas em vez de se dar às pessoas, a verdade é que se nós tirarmos às empresas ficam com menos para distribuir às suas pessoas, ficam com menos rendimento disponível para o investimento e para melhor os salários dos seus trabalhadores, podem se invocar razões ideológicas mas talvez não sejam assim tão lineares, e acreditando naquilo que é os especialistas em fiscalidade e a importância da estabilidade fiscal ser decisiva para atrair investimento, acho que devíamos ter isso como o ponto principal na nossa tomada de decisão.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, disse que relativamente à questão da derrama ou do não lançamento da derrama, ela entra aqui mais em choque ou é mais acerrimamente defendida por nós quanto ao lançamento, nas condições em que sempre dissemos e reiteramos, que pode ter a ver com a sede social estar no nosso concelho e essas serem isentadas ou até com o volume de negócios até 150 mil euros, aquelas que tenham um certo número de postos de trabalho, isentamos todas essas entidades e seria uma forma de olharmos para esta matéria e vermos quais é que faria sentido isentar, mas não isentando, lançando o imposto, nós só somos mais acérrimos, defensores desta matéria, não porque tenhamos alguma coisa contra as empresas, isso que fique claro de uma vez por todas, porque ninguém tem nada contra as empresas. As empresas fazem parte do tecido empresarial do nosso município, do nosso país, contribuem para o desenvolvimento económico e de uma forma direta e indireta para as melhores condições de vida dos munícipes, dos portugueses, do desenvolvimento do nosso país e portanto naturalmente nós não somos contra às empresas e fazem parte da estrutura societária e da sociedade, portanto seria uma estupidez desculpem-me o termo sermos contra as empresas, o que



Assembleia Municipal de Óbidos		37
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

nós somos contra isso é claro e já ficou bem definido, é com a falta de equidade na política fiscal municipal, esse é que é o ponto e sempre foi, porque quando nós debatemos que devolver mais um por cento e não dizemos que devolver quatro é pouco, não é muito e é bom, mas devolver mais um ou seja a totalidade do IRS não, isso não é factor atrativo para novas famílias, já temos o mesmo argumento para não lançar a derrama, não termos derrama é bom para termos mais empresas, eu gostava de perceber quantas empresas vieram para cá para não pagarem derrama, aliás eu vejo ao contrário empresas a saírem daqui ou que já saíram para locais onde existe derrama e não foi por isso que não deixaram de ir. As empresas saem por outras questões que vão para além da derrama, e quando nós nos concentramos nas empresas que falamos aqui, que são a título exemplificativo, porque temos em mente aquilo que já referi, que é isentar aquelas empresas que eu referi aqui, que dei como exemplo e que podíamos depois aprimorar, caso houvesse vontade da vossa parte, que houvesse de facto uma justiça e uma equidade fiscal o que vocês não tem de todo, quando é para as famílias não têm problema nenhum, para as empresas e eu sou defensora da estabilidade fiscal sem dúvida nenhuma, mas esta estabilidade fiscal tem 25 anos e portanto fazer aqui comparações com Óbidos de há trinta anos atrás, para Óbidos trinta anos depois é estarmos a misturar tudo no mesmo saco, eu não digo que elas não resultem as melhorias das condições de vida e onde chegámos, que não resultem de políticas que foram feitas a nível municipal, mas não é só, o mundo mudou, inclusivamente o conjunto de atribuições e competências que foram dados aos municípios nestes trinta anos mudaram, portanto meter tudo no mesmo saco e dizer que tudo isto resulta de pessoas iluminados que puseram Óbidos no mapa e que transformaram Óbidos numa marca mundial, é também ter uma ideia, digamos de gente muito iluminada e que não parece que seja de facto a razão, será com certeza uma razão forte, mas há de facto outros pressupostos e há também outros acontecimentos. E queria dizer ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, que nós continuamos a ir aos concelhos vizinhos, não é uma coisa de há trinta anos, eu em Óbidos se quiser comprar uns sapatos ou um vestido tenho que ir a Caldas da Rainha, infelizmente ainda hoje continuamos a ter que ir aos concelhos vizinhos.-

--- O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo “Nós de facto basta levantarmos a cabeça para ver que não há falta de equidade, nem menos injustiça fiscal, porque como dizia o senhor deputado Luís Cunha as empresas são fonte de emprego, sendo fonte de emprego, nós precisamos de alguma forma garantir que consigamos atraí-las para o nosso território para que as pessoas que já habitam o nosso território ou aquelas que pretendam vir para o nosso território ou aquelas que queremos atrair efetivamente para aumentar a demografia do nosso concelho, se consigam fixar porque têm algo que as alimente de alguma forma, que lhes dê as condições de vida necessárias para que não tenhamos que ir para Lisboa ou Caldas da Rainha ou para outro qualquer concelho trabalhar, para ganhar os nossos rendimentos que são fundamentais para a nossa vida quotidiana. A questão das isenções das empresas sediadas no concelho, como à pouco referiu que temos poucas que não o são e que há concelhos que não cobram, é facto que esses vários exemplos que deram em relação aos concelhos que não cobram, são concelhos que querem progredir e fixar empresas, não são os concelhos de Lisboa que têm uma grande saturação de empresas no seu concelho, não são grandes concelhos que neste momento estão a cobrar



Assembleia Municipal de Óbidos		38
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

derrama para além da receita importante que têm, mas já têm um peso considerável e estão de alguma forma a inibir que venham mais, porque já não há capacidade instalada para mais e porque isso repercute também todos os constrangimentos, os saneamentos, os tratamentos das próprias estações de tratamento de resíduos que muitas das vezes em próprias zonas industriais têm aqui um peso muito significativo e um custo bastante gravoso relativamente a esta matéria, portanto, têm que haver uma medida compensatória para tudo isto e dizer-lhe que, eu tenho a certeza que as grandes superfícies não saem do concelho, mas é preciso olhar um bocadinho para além do óbvio, não é as que já cá estão que me preocupam, são estas grandes que nós queremos atrair para o nosso território, como felizmente se vão fixar no Parque Tecnológico e para essas que nós estamos a olhar, para as que hão-de vir, não é para as que já cá estão essas não vão sair, é facto também como dizia a Senhora Deputada Ana Sousa que já houve algumas empresas que saíram, mas também houve muitas mais que entraram e portanto não basta olhar para o copo meio cheio ou meio vazio temos que olhar para um todo, e a nossa visão é uma questão de visão estratégica para o território é que efetivamente o nosso concelho mudou e mudou bastante. E há pessoas iluminadas no concelho, aliás, não pode negar que houve aqui responsáveis que há mais de vinte anos fizeram a diferença no nosso concelho, isso é negar o óbvio, foi passar de um concelho completamente desconhecido para um concelho que cada vez se vem afirmando mais e que teve a sua continuidade e as políticas públicas de alguma forma nos orgulham, acima de tudo e que nos dão oportunidade de fazer mais e melhor relativamente a esta matéria. Pegando aqui também na intervenção do Senhor Deputado Vítor Rodrigues, o valor que está em causa na aplicação da derrama, para já tínhamos que ver o que é que podíamos cobrar ou não relativamente a esta matéria, mas mais do que perceber o valor, é o que é que podemos fazer e nós aquilo que queremos fazer é atrair empresas, é fixar postos de trabalho, é fixar pessoas e eu não vejo isso outra forma que não atrair as empresas para virem para o nosso território, não é a aplicar a derrama, eu não vejo isso dessa forma e felizmente os argumentos dos últimos quatro anos e os rankings que temos apresentado do ponto de vista dos rácios financeiros e da independência financeira e da atratividade de empresas que vendemos os lotes todos da 1ª fase do Parque Tecnológico e ainda hoje tivemos empresas a ligar para a Câmara a perguntar se há disponibilidade da 2ª fase para adquirir, é este o caminho que nós queremos trilhar, é de atração de empresas para o nosso território, de emprego para fixar as pessoas, para depois termos outro problema a seguir que é a questão da habitação, da mobilidade, da saúde para um aumento da população, isto têm que estar tudo consertado com as respostas sociais, educativas, porque às vezes criticam que o Presidente não se foca numa coisa, pois não, é impossível, como é que me vou focar no emprego se deixo a habitação para trás, como é que eu me fixo na habitação se depois não gere emprego, como que eu olho para a educação, se me esqueço da saúde, é claro que temos que levar os pontos todos possíveis e integradores de uma sociedade para a frente. E de facto parece há aqui uma perseguição às grandes empresas, como dizia o Senhor Deputado Luís Cunha têm que se continuar a ser pequenino, não podemos crescer se não vamos ser taxados, é o sinal que estamos a dar relativamente a esta matéria, aliás eu já tinha dissertado bastante no ponto anterior para a questão da derrama, nós temos uma visão diferente. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		39
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e sete contra. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- PONTO CATORZE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TPDM), PARA 2026; -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2025,SACEF,S,31,5602, acompanhado da devida documentação.-----

--- O Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas disse que não pretendendo prolongar muito os nossos trabalhos, não temos basicamente nada, eu pessoalmente, esta intervenção têm muito o meu cunho pessoal, não temos nada contra a esta aplicação da taxa municipal dos direitos de passagem, nada absolutamente nada, embora seja um valor mínimo, mas é simbólico e é importante, que se é um direito que assiste à Câmara que ele seja exercido. A propósito deste tema das redes digitais e dos operadores das redes digitais, o que nos preocupa mais é a falta, a despiciente cobertura que existe nível de todo o concelho de redes digitais e pensamos que seria de toda a oportunidade e urgência, fazer não sei como, é verdade, mas fazer pressão sobre dos operadores digitais no sentido de que fosse implementado e melhorado uma rede digital, as redes digitais são hoje dia um fator transformador do desenvolvimento dos territórios e é fundamental que assim seja e acompanharmos isso, eles têm que ver com a inclusão e com a coesão social, as cidades inteligentes não coisas só de revistas e só de teóricos iluminados, as cidades, os territórios, até na própria agricultura, o programa da agricultura 4.0 está intimamente ligado a redes digitais capazes, competentes e com capacidade de processamento e são todas elas e eu tomei aqui algumas notas, as redes digitais são encaradas não como um luxo, mas como uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento sustentável do território e é nesse sentido que eu gostaria de chamar a atenção nomeadamente ao Senhor Presidente da Câmara e aos membros da Câmara aqui presentes para o nosso desejo de que os operadores de redes digitais fossem sensibilizados, barra pressionados ou motivados a desenvolver uma cobertura mais eficaz, mais eficiente e mais abrangente de todo o território do município. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas, de facto o valor não é muito grande para dar nota daquilo que estamos a falar no ano de 2024 esta taxa municipal de direitos de passagem representou 6.713,40 €, o ano de 2025 representa 8.070,47 €, não é a questão do valor efetivamente, e indo de encontro aquilo que o Senhor Deputado referiu e partilhando aqui com todo o órgão, nós essa pressão temos feito, agora como um autarca se têm que meter no lugar do munícipe, também nós como particulares nos temos que meter no lugar das empresas, temos que ter noção daquilo que é o valor de investimento que era necessário para fazer esta cobertura toda de rede, mas dou-vos outro exemplo para perceberem a dimensão e a proximidade que têm havido entre Câmara Municipal de Óbidos e até recentemente com a ida à Assembleia da República da apresentação de uma empresa do parque tecnológico, que vou referir o nome a Dxpatrol esta empresa é propriedade do senhor António Matias, que



Assembleia Municipal de Óbidos		40
Ata n.º 2	Sessão Extraordinária de 21.11.2025	

fez uma apresentação com um grupo técnico de uma universidade para a colocação de um satélite em órbita, que corresponderia a um investimento entre os duzentos e os quinhentos milhões de euros e nós dizemos assim, efetivamente isto é um valor brutal, mas é um valor que permitiria metade do nosso planeta ter uma cobertura de redes em qualquer ponto do nosso território, não havia zonas sombra, a única zona sombra é do outro lado efetivamente do hemisfério do nosso planeta, esta apresentação foi feita resolvia muitos problemas, resolvia inclusive um problema que já teve um investimento muito superior e que foi tema de debate nomeadamente em 2017 pela inoperância que teve que foi o siresp, portanto um investimento muito superior a este valor que estamos a qui a falar uma empresa do Parque tecnológico do concelho de Óbidos foi fazer esta apresentação no âmbito da comissão para a defesa nacional na Assembleia da República, onde estive presente com muito gosto e é este caminho que deviam estar a utilizar nos dinheiros públicos, exatamente por aquilo que o Senhor Deputado diz, era reforçar, e felizmente nós não temos no nosso concelho tantas zonas com pouca cobertura como noutros territórios, mas indo mais para o interior onde existe menor pressão demográfica não há empresa nenhuma de telecomunicações que vá fazer a colocação de postes ou fibra para ninguém, e às vezes salvam-se muitas vidas até os próprios militares muita das vezes fazem patrulhamento nas águas do oceano, nomeadamente na Somália eles tinham acesso a esta telecomunicação através do satélite. Tenho perguntado com alguma frequência como é que está o ponto de situação, é claro que houve aqui uma transição de governo mas acho que é um tema e um assunto que nós devemos continuar a debater, pelo nosso dinheiro enquanto contribuintes tudo aquilo que nós descontamos têm que ser respeitado pelas entidades do governo central e portanto isto seria um grande investimento e um orgulho enorme ser uma empresa do nosso concelho a poder fazer esta transmissão de cobertura, que eu diria de meio planeta e que era importantíssimo para esta questão das telecomunicações, às vezes uma questão de socorro numa zona afastada e muitas das vezes pode gerar aqui oportunidades em termos de georreferenciação, hoje em dia como queremos fazer o projeto ligado à saúde com problemas de demência ou doenças mentais que se possam perder e temos aqui efetivamente uma oportunidade nesta matéria. Portanto, associar-me relativamente a esta questão, é para nós importante continuar a fazer pressão, mas nós percebemos que também do outro lado estão empresas que querem rentabilidade e muitas delas com rentabilidades bastante consideráveis basta olhar para os rendimentos que eles auferem no final dos balanços. -----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e sete abstenções. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, do dia vinte um de novembro do corrente ano, deu por encerrada a sessão, do que para constar se lavrou a presente ata, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro. E eu, Cristina Margarida Oliveira Ferreira Almeida, lavrei esta ata que também vou assinar. -----